

Ato de servidor fora do exercício do cargo não gera responsabilidade ao Estado

Fonte: STF

A Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal (STF) entendeu que não há responsabilidade objetiva do Estado quando o agente público pratica crime fora do desempenho de seu cargo, função ou emprego. A decisão foi proferida no julgamento de Recurso Extraordinário (RE 363423) em favor do Estado de São Paulo, que havia sido condenado, no segundo grau, a indenizar vítima de tiro disparado por policial militar. Os ministros, inclusive o relator do processo, Carlos Ayres Britto, acompanharam o voto de Eros Grau, que havia pedido vista dos autos.

O caso ocorreu em julho de 1995, quando o policial militar Dagoberto Dutra de Almeida, portando arma da corporação, atirou em Sandra Regina Hohmuth, com quem mantinha relacionamento amoroso. A vítima ajuizou ação pedindo indenização ao Estado. Alegava a responsabilidade objetiva da administração pública por ter sido o dano provocado por policial militar utilizando-se de arma pertencente à corporação.

Em seu voto, o ministro Eros Grau sustentou não haver nexo de causalidade entre a conduta do agente e o dano sofrido pela vítima, pois o policial não estava no exercício de sua atividade profissional. "Trata-se de ato inteiramente pessoal inimputável ao serviço e, além do mais, o desequilíbrio emocional do agente não autoriza se impor ao Estado o dever de indenizar a vítima", disse Grau. O ministro fundamentou sua tese no artigo 37, parágrafo 6º, da Constituição Federal que exige, para a configuração do nexo causal, que o agente pratique o ato no exercício de seu cargo.

Responsabilidade Civil do Estado: Medicamento

24/06/2005

Portador de insuficiência renal crônica submetido a transplante, apesar de obter liminar em MS garantindo o fornecimento do remédio para evitar rejeição, perdeu o órgão transplantado devido à falta do fornecimento da medicação pelo Estado. Em razão do descumprimento da decisão judicial, pleiteia indenização por danos materiais e morais. A Turma negou provimento ao recurso do Estado, confirmando a decisão *a quo* de indenizá-lo, pois consignada no acórdão recorrido a existência do nexo causal entre a omissão do Estado e o dano sofrido. Outrossim, ressaltou o Min. Relator que o Estado, compelido por decisão judicial, atendeu e interrompeu sem explicação o fornecimento da medicação, restando caracterizada a sua legitimidade para figurar no pólo passivo da ação de indenização e configurar sua inequívoca responsabilidade. **REsp 686.208-RJ, Rel. Min. Luiz Fux, julgado em 16/6/2005.**

STJ

A

Responsabilidade Civil do Estado: Omissão

11/05/2005

AG.REG. NO AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 489.254-2

PROCED.: RIO GRANDE DO SUL

RELATOR: MIN. CARLOS VELLOSO

EMENTA

CONSTITUCIONAL. ADMINISTRATIVO. CIVIL. RESPONSABILIDADE CIVIL DAS PESSOAS PÚBLICAS. ATO OMISSIVO DO PODER PÚBLICO: LATROCÍNIO PRATICADO POR APENADO FUGITIVO. RESPONSABILIDADE SUBJETIVA: CULPA PUBLICIZADA: FALTA DO SERVIÇO. CF, art. 37, § 6º. I. - Tratando-se de ato omissivo do poder público, a responsabilidade civil por tal ato é subjetiva, pelo que exige dolo ou culpa, esta numa de suas três vertentes, a negligência, a imperícia ou a imprudência, não sendo, entretanto, necessário individualizá-la, dado que pode ser atribuída ao serviço público, de forma genérica, a falta do serviço. II. - A falta do serviço (faute du service dos franceses) não dispensa o requisito da causalidade, vale dizer, do nexo de causalidade entre a ação omissiva atribuída ao poder público e o dano causado a terceiro. III. - Latrocínio praticado por quadrilha da qual participava um apenado que fugira da prisão tempos antes: nesse caso, não há falar em nexo de causalidade entre a fuga do apenado e o latrocínio. Precedentes do STF: RE 172.025/RJ, Ministro Ilmar Galvão, "D.J." de 19.12.96; RE 130.764/PR, Relator Ministro Moreira Alves, RTJ 143/270. IV. - Agravo não provido.

DADOS DO JULGAMENTO

Órgão: Segunda Turma do Supremo Tribunal Federal

Decisão : Unânime

Data: 15 de fevereiro de 2005

Publicação: DJ1 nº 62, 1º.04.2005, p. 54

Responsabilidade Civil do Estado: Ruptura de Cabo de Alta Tensão

15/8/2005

REsp 513046 / AL ; RECURSO ESPECIAL
2003/0051353-7

Relator

Ministro FRANCIULLI NETTO

Órgão Julgador

T2 - SEGUNDA TURMA

Data do Julgamento

21/06/2005

Data da Publicação/Fonte

DJ 08.08.2005 p. 242

Ementa

DANO MORAL - PROCESSO CIVIL E ADMINISTRATIVO - RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO - RUPTURA DE CABO DE ALTA TENSÃO, O QUAL ATINGIU VEÍCULO OCUPADO POR DUAS PESSOAS - PEDIDO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS ACOLHIDOS - ALEGADA VIOLAÇÃO DOS ARTS. 535, 538, AMBOS DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL E 159 DO CÓDIGO CIVIL DE 1916 - PRETENDIDA DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL E REDUÇÃO DO MONTANTE ESTABELECIDO A TÍTULO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS.

- Merece ser afastada a pretensa afronta ao artigo 535 do Código de Processo Civil, tendo em vista que a prestação jurisdicional foi dada de maneira plena, de modo que as pechas apontadas nos embargos de declaração foram devidamente rechaçadas.

- Não se sustém o fundamento da Corte de origem no que toca à aplicação da multa em razão da oposição dos embargos declaratórios.

Em verdade, no caso particular, não restou demonstrado, de maneira inequívoca, o necessário caráter protelatório, por parte da embargante, a autorizar a incidência da penalidade inculpada no artigo 538, parágrafo único, do Código de Processo Civil. Assim, pois, fica afastada a multa imposta com base no artigo 538, parágrafo único, do Código de Processo Civil.

- Em relação ao argumento da recorrente de que não restou devidamente comprovado o efetivo dano moral, ou, ainda, de que a Corte de origem partiu de premissa equivocada para reconhecer o efetivo dano suportado pelas partes recorridas, incide a Súmula 7 desta Corte Superior de Justiça.

- No que toca à suposta violação do artigo 159 do Código de Processo Civil, cumpre consignar que a Corte de origem, em momento algum, foi provocada a emitir um juízo de valor acerca de sua incidência. Essa peculiaridade demonstra a efetiva ausência do requisito específico de admissibilidade do recurso especial, consubstanciado no questionamento prévio da matéria.

- No particular, observa-se que a Corte a quo fixou a indenização em R\$60.000,00 (sessenta mil reais) para cada uma das recorridas,

perfazendo um total de 120.000,00 (cento e vinte mil reais). Esse total equivale, nos dias de hoje, a 400 (quatrocentos) salários mínimos. Consoante já registrado, a parte recorrente postula a fixação da indenização em 50 (cinquenta) salários mínimos.

- Dessarte, em atenção à jurisprudência desta Corte e ao princípio da razoabilidade, a indenização devida a título de danos morais, fixada pelo Tribunal de origem num total de 120.000,00 (cento e vinte mil reais), deve ser reduzida para se ajustar ao entendimento prevalecente no âmbito deste Sodalício.

- Dessa feita, a indenização fica reduzida no total de 200 (duzentos) salários mínimos, isto é, 100 (cem) salários mínimos para cada uma das vítimas. Registre-se, pois, que esse total melhor se ajusta aos momentos de medo, pavor, aflição, horror e angústia que viveram as vítimas devido a ruptura do cabo de alta tensão e o conseqüente incêndio, a repercutir no inequívoco efeito psicológico decorrente do risco de morte que passaram durante o tempo em que tiveram que suportar aquela situação aterrorizante.

- Recurso especial que merece ser provido, em parte, a fim de afastar a multa imposta com base no artigo 538 do Código de Processo Civil e, bem assim, em relação à redução do valor da indenização que fica fixada no total de 200 (duzentos) salários mínimos, isto é, 100 (cem) salários mínimos para cada uma das vítimas.

Acórdão

Vistos, relatados e discutidos os autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Segunda Turma do Superior Tribunal de Justiça "A Turma, por unanimidade, deu parcial provimento ao recurso, nos termos do voto do Sr. Ministro-Relator."

Os Srs. Ministros João Otávio de Noronha, Castro Meira, Francisco Peçanha Martins e Eliana Calmon votaram com o Sr. Ministro Relator.

Sustentou oralmente a Dra. MARIA RITA PINTO, pela parte: RECORRENTE: COMPANHIA ENERGÉTICA DE ALGOAS - CEAL

STJ

Responsabilidade Civil do Município: Dever de Fiscalização

14/06/2005

A Quarta Câmara Cível do Tribunal de Justiça condenou, em 10/06, o município de Belo Horizonte ao pagamento de indenização a Giselle Aparecida de Oliveira Silva, uma das vítimas do incêndio ocorrido na casa de shows Canecão Mineiro, em 2001. A indenização por danos morais foi fixada em 300 salários mínimos. Em relação à indenização por danos materiais, os desembargadores consideraram que seu valor deverá ainda ser apurado. Na noite do dia 24/11/01, durante o espetáculo de uma banda musical, a casa de shows Canecão Mineiro teve parte de sua estrutura destruída por um incêndio, causando a morte de sete pessoas e lesões corporais em outras 197. Na ocasião, a comerciária Giselle Aparecida de Oliveira Silva sofreu queimaduras no rosto e em parte do corpo, além de ter rompido os ligamentos do joelho direito. Na ação de indenização, a comerciária requereu a condenação do município de Belo Horizonte. Segundo ela, ficou comprovado que, apesar de a casa de shows não possuir alvará, a fiscalização do município teria sido negligente ao não impedir o seu funcionamento. Na ocasião do incêndio, a perícia constatou que o Canecão Mineiro carecia de um sistema adequado de incêndio, falta de saídas de emergência, de hidrantes e extintores. O relator do processo, desembargador Carreira Machado, considerou que, se o município tivesse exercido regularmente o seu poder de polícia, não teria evitado o incêndio, mas daria aos presentes a possibilidade de se retirarem do local através de saídas de emergência de acordo com as normas de segurança e aparelhagem de prevenção de incêndio exigidas pelo Corpo de Bombeiros. Para ele, é dever do poder público fiscalizar os estabelecimentos que recebe particulares para a realização de shows. Na 1ª Instância, o juiz considerou que o município não teve responsabilidade pelo ocorrido.

1.0024.02.747.580-5/001

TJ/MG

Responsabilidade do Estado: Vítimas de Assaltos no Rio

23/06/2005

Os constantes assaltos a motoristas nas ruas do Rio de Janeiro começam a desembocar na Justiça. Por dois votos a um, a 13ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça condenou o governo do estado a pagar R\$ 8.400, por danos morais, a Osvaldo Marendaz Mury. Em 2001, ele foi assaltado num sinal de trânsito, no Méier, Zona Norte da cidade, a pouco metros da delegacia de polícia do bairro. Os desembargadores concluíram que houve omissão do estado ao não reforçar o policiamento numa área em que tais ataques são freqüentes. Osvaldo passava pela Rua Vila Tavares quando foi surpreendido pelos assaltantes. Ele estava acompanhado dos dois filhos de 12 e 14 anos, a quem havia acabado de buscar na escola. "Desesperado, ele chegou a pedir carona a outro motorista e tentou alcançar os bandidos, mas não conseguiu. No dia seguinte, o carro dele, um Siena, apareceu todo amassado", contou a advogada Marli Marendaz Mury, irmã da vítima. A decisão judicial deu provimento parcial ao recurso do estado, que já havia sido condenado em primeira instância pela 8ª Vara de Fazenda Pública a pagar indenização por danos morais e materiais. Ao reexaminar a matéria, a 13ª Câmara do TJRJ entendeu que os danos materiais não ficaram devidamente comprovados por Osvaldo. Os danos morais, porém, foram mantidos. O governo do Rio ainda terá de pagar as custas do processo e os honorários advocatícios, estipulados em 20% sobre o valor da condenação. "Ficando comprovado haver o estado incorrido em ilicitude por não haver tomado providência para impedir o dano, ou por haver sido insuficiente neste mister em razão de comportamento inferior ao padrão legal exigível, há que se prestigiar a sentença condenatória quanto ao dano moral, afastando o dano material que não foi suficientemente demonstrado", afirmou o desembargador Ademir Paulo Pimentel, relator do recurso. Em seu voto, o desembargador destacou ainda o fato de que, segundo a própria Delegacia de Polícia do Méier, são freqüentes os assaltos no local onde Osvaldo foi atacado, não se tendo conhecimento de qualquer medida do estado, através da Polícia Militar, para um efetivo policiamento do local. A posição da 13ª Câmara, no entanto, não foi unânime. O desembargador José de Samuel Marques foi voto vencido ao divergir de seus colegas. Segundo ele, não se pode admitir responsabilidade objetiva genérica do estado, por omissão, pelas consequências de todos os crimes ocorridos na sociedade. O governo do Estado do Rio entrou com recursos especial e extraordinário, a fim de que o caso seja examinado pelo Superior Tribunal de Justiça e pelo Supremo Tribunal Federal.

TJ/RJ

PÓS-GRADUAÇÃO

TURMA: DIREITO CIVIL E PROCESSO CIVIL

AULAS DO DIA 26 DE MAIO DE 2012

PROF. Ricardo Alonso

ROTEIRO

I) PRESSUPOSTOS TEÓRICOS: ESTRUTURA ORGÂNICA DO ESTADO

II) A FAZENDA PÚBLICA EM JUÍZO

- FAZENDA PÚBLICA
- PRERROGATIVAS PROCESSUAIS
- PRESCRIÇÃO
- DA TUTELA ANTECIPADA EM FACE DA FAZENDA PÚBLICA
- MANDADO DE SEGURANÇA – LEI 12.016/2009
- SUSPENSÃO DA LIMINAR, DE SEGURANÇA OU DE TUTELA ANTECIPADA

III) A RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO

TEORIA DA IRRESPONSABILIDADE

TEORIAS CIVILISTAS

TEORIAS PUBLISCISTAS

TEORIA DA CULPA ADMINISTRATIVA OU CULPA DO
SERVIÇO

TEORIAS DA RESPONSABILIDADE OBJETIVA

RISCO INTEGRAL

RISCO ADMINISTRATIVO

- a. repartição, não só dos benefícios decorrentes da atuação estatal, como também dos prejuízos sofridos por alguns membros.
- b. substituição da idéia de culpa pela de nexo de causalidade

Responsabilidade Civil do Estado: Falha no Acostamento da BR-1

29/5/2006

A 1ª Turma Suplementar do Tribunal Regional Federal (TRF) da 4ª R confirmou na última semana, por unanimidade, a sentença que condenou o Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes (DNIT) a pagar R\$ 1 mil de indenização por danos morais aos três filhos e ao enteado de caminhoneiro que morreu, junto com a mulher, em um acidente na BR 101, município de Palhoça (SC). Também foi ordenado o pagamento de R\$ 22 mil em danos materiais, referente ao valor do caminhão, que ficou totalmente destruído. Além disso, foi determinada a pensão mensal de R\$ 960,00 aos dois filhos menores, até que completem 25 anos.

O acidente aconteceu em fevereiro de 2003, no quilômetro 222 da rodovia. O caminhoneiro dirigia um Mercedes-Benz quando, em manobra defensiva, para desviar para evitar a colisão frontal com automóvel não identificado. Em função do desvio, o caminhão se deparou com um grande buraco no acostamento, saiu da pista e batendo em árvores existentes no plano inferior da rodovia. O acidente provocou a morte do motorista, que tinha 46 anos, e de sua mulher, de 41, além de lesões leves no filho de sete anos de idade.

Os familiares do caminhoneiro ingressaram com uma ação na 3ª Vara Federal de Florianópolis. Em agosto do ano passado, foi proferida a sentença concedendo indenização. De acordo com a decisão, a principal causa do sinistro foi a má conservação da BR 101, informação confirmada por policiais rodoviários federais que prestaram depoimento em juízo. Além disso, outras testemunhas afirmaram não haver sinalização de erosão na rodovia, que também não era recuada.

O DNIT recorreu ao TRF, alegando que os valores fixados na decisão da Justiça Federal foram excessivos. Também argumentou que a conduta do motorista ao fazer a manobra teria sido indevida e que não teria ficado configurada a perda total do veículo. No entanto, o juiz federal Loraci Flores de Lima, convocado para atuar como relator do apelo, entendeu que a sentença deve ser mantida.

Para o juiz, "a não ser que o DNIT entenda que o motorista, nestas condições, manter-se inerte na sua pista, esperando a inevitável colisão, é natural que ele faça a manobra para a direita, buscando o acostamento, seja a única opção plausível. Não fosse a irregularidade constatada, destacou Lima, a manobra do caminhão teria sido evitada, evitando qualquer acidente."

Em relação aos valores fixados na indenização, o relator da apelação salientou que a pensão justifica-se porque o acidente vitimou o pai e a mãe. Os filhos, com idades entre 7 e 15 anos, "precisam de uma renda para a sua sobrevivência". Como ficou comprovado que a renda da família era composta pelo salário dos pais, "nada mais justo que a pensão seja calculada sobre a soma dos rendimentos", destacou Lima. Ressaltou ainda que a jurisprudência atual sinaliza que não há um limite máximo pré-estabelecido para a fixação dos danos morais. "O que deve balizar o arbitramento é o grau do trauma sofrido pelos autores", concluiu.

Queda em bueiro: Responsabilidade do município

1/6/2006

Acidente causado por bueiro que estava com tampa aberta gera indenização. Com essa orientação a Terceira Câmara Cível do Tribunal de Justiça de Minas Gerais condenou o município de Uberaba e o Centro Operacional de Desenvolvimento e Saneamento de Uberaba (CODAU) a indenizar C. R. de O. que perdeu o controle de sua motocicleta e caiu, após passar por um bueiro sem tampa, o que lhe causou vários ferimentos.

A indenização por danos morais foi fixada em R\$10 mil. Os desembargadores entenderam que, diante das provas apresentadas, está caracterizada a omissão e a culpa da Administração Pública pelo dano causado a C. de O.

O município de Uberaba alega que a culpa é da vítima, pois não possuía habilitação para conduzir o veículo. E que houve o chamado caso fortuito e força maior, o que configura o rompimento do nexo de causalidade, requisito indispensável para fixação de indenização por dano moral.

Para os magistrados, o acidente foi resultado de uma omissão do serviço público, sendo que os depoimentos das testemunhas são suficientes para demonstrar que houve negligência do Poder Público, pois a tampa do bueiro estava solta no momento do acidente.

Quanto à inabilitação do motorista, os desembargadores argumentaram que essa tese somente poderia ser aceita se o condutor tivesse concorrido para o acidente, fato que não ficou provado. Assim, a falta de habilitação não influencia diretamente no campo da responsabilidade civil.

TJMG

Responsabilidade civil do Estado Aluna ferida em escola

1/6/2006

A Quarta Câmara Cível do Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG) condenou o Estado de Minas Gerais a indenizar uma aluna de escola pública em Araguari que sofreu graves lesões no olho durante as atividades de recreio. A indenização, a título de danos morais, foi fixada em 200 salários mínimos (cerca de R\$ 70.000,00). Pelos danos materiais, a criança deverá ser ressarcida de despesas com cirurgia, remédios, tratamentos médicos e deslocamentos até o centro de tratamento.

Segundo os autos, no dia 27 de junho de 1996, N.S.D., então com apenas oito anos, brincava com os colegas no intervalo das aulas, quando recebeu uma pedrada no olho esquerdo. Ela se submeteu a uma série de tratamentos ambulatoriais e intervenção cirúrgica na tentativa de evitar a perda total da visão.

A perícia concluiu que houve perda da focalização do olho esquerdo, sinais de trauma perfurante na córnea e deformação estética da pupila, obrigando a aluna a usar lente intra-ocular. "Caso a miopia venha a aumentar, ela deverá ser submetida a uma correção refrativa com excimer laser e, na hipótese de a lente sair da posição correta, corre o risco de ter de sofrer nova cirurgia", confirmou o laudo.

Os pais da aluna alegaram que ela teve redução de sua visão e, conseqüentemente, da capacidade física e laboral. "Não pode fazer exercícios normais como outros jovens da mesma idade, nem ingressar no mercado de trabalho em funções onde se exija esforço físico", afirmaram.

Na decisão, os desembargadores rejeitaram os argumentos do Estado de que o acidente era imprevisível e inevitável, tendo ocorrido durante uma brincadeira de crianças: "Adota-se a teoria do risco administrativo, que dispensa a prova de culpa da Administração, para o ressarcimento do dano. O Poder Público, ao receber um estudante em qualquer dos estabelecimentos da rede oficial de ensino, assume o grave compromisso de velar pela preservação de sua integridade física", sustentaram.

Os magistrados destacaram ainda que "se torna necessário o acompanhamento dos alunos pelos professores e monitores, em tempo integral, seja dentro da sala, seja no pátio, durante o recreio, de modo a impedir fatos da natureza e gravidades destes autos".

Em relação ao montante da indenização, os desembargadores justificaram: "Deve ser fixado em valor razoável, considerado o grau de culpa, o nível sócio-econômico das partes e a gravidade da falta. É evidente o trauma para uma criança de apenas oito anos que, em consequência do acidente, fica privada de uma série de atividades típicas da infância".

TJMG

Responsabilidade Civil do Estado Ato Legislativo e Dano Moral

28/9/2006

A Segunda Turma do Superior Tribunal de Justiça atendeu a recurso apresentado pelo Banco Central do Brasil (Bacen) e reconheceu que a instituição não deve pagar por dano moral a uma correntista gaúcha que teve saldo de caderneta de poupança bloqueado pelo Plano Collor, em 1990. Em segunda instância, a correntista havia ganho a indenização em razão do confisco econômico, que teria gerado a ela "graves constrangimentos, privação econômica e aflição". O relator do recurso, ministro João Otávio de Noronha, destacou que o caso trata de responsabilidade civil por ato legislativo, qual seja, a edição da Lei nº 8.024/90. No entanto é necessário, de acordo com o ministro Noronha, que haja a declaração de inconstitucionalidade da lei que teria causado o dano a ser ressarcido, o que não ocorreu. E mais: que essa declaração seja feita pelo Supremo Tribunal Federal (controle concentrado), não bastando haver decisões em recursos julgados no STF ou apenas o reconhecimento da inconstitucionalidade por tribunais regionais (controle difuso). O ministro relator ainda destacou que, conforme entendimento consolidado do STJ, o Bacen não poderia ser responsabilizado, uma vez que não legisla e apenas foi o depositário dos cruzados novos retidos. Ao julgar o mesmo recurso, a Segunda Turma ainda reverteu a decisão do TRF, estabelecendo que a correção do saldo bloqueado transferido ao Bacen deve ser feita com base no BTNF, conforme a Lei nº 8.024/90, e não pelo IPC, referido em legislação anterior (Lei nº 7.730/89). À época do confisco, a correntista havia vendido um apartamento em Porto Alegre (RS) e pretendia adquirir outro para morar, conforme demonstrado por promessa de compra e venda anexada no processo. Na ação de indenização, a correntista alegou que, após a restituição do confisco, o valor recebido não era mais suficiente para efetivar a compra do imóvel. Daí a sentença que condenou o Bacen a pagar, a título de dano material, a diferença entre os valores bloqueados e o valor que representava a parcela de que a correntista dispunha à época para a compra do apartamento. Também foi determinado o pagamento da diferença entre o valor efetivamente restituído e o rendimento previsto pelo IPC, mais juros remuneratórios, moratórios e correção monetária. Quanto ao dano moral, a sentença fixou em 20% sobre o total da condenação das indenizações pretendidas pela correntista na ação. O Banco Central apelou, e o TRF afastou o pagamento do dano material em razão da compra frustrada do imóvel, além de reduzir o dano moral para 10% do valor da condenação fixada.

STJ

Responsabilidade Civil do Estado Danos Morais e Nexo de Causalidade

12/9/2006

Turma do STF concluiu julgamento de recurso extraordinário interposto contra acórdão do TRF da 4ª Região que, afastando a responsabilidade objetiva do Estado, negara provimento a pedido de indenização por danos materiais e morais. Alegava-se, na espécie, ofensa ao art. 37, § 6º, da CF, porquanto a recorrente teria sofrido abalo psicológico, assim como realizado gastos com sua inscrição em estabelecimento particular de ensino superior, sendo ambos os danos ocasionados pela negativa da Universidade Federal de Santa Maria - UFSM em efetuar a matrícula da recorrente, com base em exigência posteriormente declarada descabida pelo tribunal a quo: estágio profissionalizante. Inicialmente, não se conheceu do recurso quanto à arguição de dano material, já que, na espécie, a ocorrência do nexo de causalidade entre as despesas realizadas pela recorrente e a negativa da recorrida em efetuar a matrícula somente poderia ser afirmada com o exame de provas. Em seguida, por maioria, negou-se provimento ao extraordinário. Considerou-se que o nexo causal entre o indeferimento do agente público e o dano moral não restara caracterizado. Ademais, asseverou-se que, à época, esse ato denegatório encontrava amparo legal (Lei 7.044/82 e Edital nº 02/92 - COPERVES). Ressaltou-se, ainda, que a citada recusa não implicaria, como decorrência natural, a contratação de empréstimo para pagamento de curso em instituição particular. Por fim, aduziu-se que a decisão do Poder Judiciário, no sentido de afastar a exigência de estágio profissionalizante, não significaria o automático direito à indenização por dano moral. Vencidos os Ministros Carlos Velloso, relator, e Joaquim Barbosa que lhe davam provimento para deferir a indenização por danos morais. RE 364631/RS, rel. orig. Min. Carlos Velloso, rel. p/ o acórdão, Min. Gilmar Mendes, 29.8.2006. (RE-364631)

STF

Responsabilidade Civil do Estado Decisões Seleccionadas: STF

2/10/2006

RE 327904 / SP - SÃO PAULO

RECURSO EXTRAORDINÁRIO

Relator(a): Min. CARLOS BRITTO

Julgamento: 15/08/2006 Órgão Julgador: Primeira Turma

Publicação: DJ 08-09-2006 PP-00043 EMENT VOL-02246-03 PP-00454

Parte(s)

RECTE. : ASSOCIAÇÃO DE CARIDADE DA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE ASSIS

ADV.(A/S) : JOSÉ LEITE SARAIVA FILHO

ADVDS. : JOSÉ SARAIVA E OUTROS

RECDO. : JOSÉ SANTILLI SOBRINHO

ADV. : JUVENAL TEDESQUE DA CUNHA

Ementa

EMENTA: RECURSO EXTRAORDINÁRIO. ADMINISTRATIVO. RESPONSABILIDADE OBJETIVA DO ESTADO: § 60 DO ART. 37 DA MAGNA CARTA. ILEGITIMIDADE PASSIVA AD CAUSAM. AGENTE PÚBLICO (EX-PREFEITO). PRÁTICA DE ATO PRÓPRIO DA FUNÇÃO. DECRETO DE INTERVENÇÃO. O § 6o do artigo 37 da Magna Carta autoriza a proposição de que somente as pessoas jurídicas de direito público, ou as pessoas jurídicas de direito privado que prestem serviços públicos, é que poderão responder, objetivamente, pela reparação de danos a terceiros. Isto por ato ou omissão dos respectivos agentes, agindo estes na qualidade de agentes públicos, e não como pessoas comuns. Esse mesmo dispositivo constitucional consagra, ainda, dupla garantia: uma, em favor do particular, possibilitando-lhe ação indenizatória contra a pessoa jurídica de direito público, ou de direito privado que preste serviço público, dado que bem maior, praticamente certa, a possibilidade de pagamento do dano objetivamente sofrido. Outra garantia, no entanto, em prol do servidor estatal, que somente responde administrativa e civilmente perante a pessoa jurídica a cujo quadro funcional se vincular. Recurso extraordinário a que se nega provimento.

Decisão

A Turma conheceu do recurso extraordinário, mas lhe negou provimento. Unânime. Não participou, justificadamente, deste julgamento o Ministro Marco Aurélio. Falou pela recorrente o Dr. José Saraiva. 1ª. Turma, 15.08.2006.

AI 529393 / MS - MATO GROSSO DO SUL

AGRAVO DE INSTRUMENTO

Relator(a): Min. GILMAR MENDES

Julgamento: 08/08/2006 Órgão Julgador: Segunda Turma

Publicação: DJ 08-09-2006 PP-00056 EMENT VOL-02246-05 PP-00918

Parte(s)

AGTE.(S) : ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

ADV.(A/S) : PGE-MS - JAIME CALDEIRA JHUNYOR

AGDO.(A/S) : VERA LÚCIA DIAS PORTO

ADV.(A/S) : RENATA BARBOSA LACERDA OLIVA

ADI 2639 / PR - PARANÁ

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE

Relator(a): Min. NELSON JOBIM

Julgamento: 08/02/2006

Órgão Julgador: Tribunal Pleno

Publicação: DJ 04-08-2006 PP-00024 EMENT VOL-02240-01 PP-00085

Parte(s)

REQTE.: GOVERNADOR DO ESTADO DO PARANÁ

ADVDA.: PGE-PR - MÁRCIA CARLA PEREIRA RIBEIRO

REQDA.: ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO PARANÁ

Ementa

CONSTITUCIONAL. AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. CONSTITUIÇÃO DO PARANÁ (EC 14/2001). INDENIZAÇÃO POR ATOS DE EXCEÇÃO. TERCEIROS DE BOA-FÉ. ARTS. 8º E 9º DO ADCT. 1. A anistia referida nos arts. 8º e 9º do ADCT foi prevista em benefício daqueles que foram vítimas de atos de "exceção, institucionais ou complementares" que, de alguma forma, sofreram prejuízos em suas atividades profissionais, em seus direitos ou por motivos políticos, mesmo que trabalhadores da iniciativa privada, dirigentes e representantes sindicais. 2. A anistia dos arts. 8º e 9º do ADCT tem índole político-institucional e, por essa mesma natureza, sua competência de concessão legislativa é exclusiva do poder constituinte originário federal. Isso porque, muito embora seja previsão importante do ponto de vista da compensação financeira das vítimas de atos de exceção, constitui-se também na aceitação excepcional de uma responsabilidade civil extraordinária do Estado, quanto aos atos políticos do passado. 3. Essa repercussão política e financeira quando da concessão de anistia reveste o ato de absoluta excepcionalidade e, por isso, não é possível que norma constitucional estadual amplie tal benefício. ADI que se julga procedente.

Decisão

O Tribunal, por unanimidade, julgou procedente a ação para declarar a inconstitucionalidade da Emenda Constitucional nº 14/2001, do Estado do Paraná, nos termos do voto do relator, Ministro Nelson Jobim, Presidente. Plenário, 08.02.2006.

Responsabilidade Civil do Estado Dano Moral por Divulgação Errônea de Exame Imunológico

19/9/2006

APELAÇÃO CÍVEL N. 2003.006881-3, DE CRICIÚMA

Relator: Des. Volnei Carlin

Dano moral -- Caracterização -- Ente público municipal - Divulgação errônea de exame imunológico -- Sífilis -- Gestante - Responsabilidade civil objetiva da administração -- Desnecessidade da prova dos prejuízos -- Verba devida -- Inteligência dos arts. 5º, incisos V e X, e 37, § 6º, da Constituição da República Federativa do Brasil.

É devida indenização por danos morais à autora que, caracterizando violação à honra objetiva demonstrada nos fatos em que se funda a actio, sofre perturbações psicológicas e conflitos conjugais, causadores de sofrimentos e transtornos que atingem seu âmago, de forma a ferir-lhe o ego e causar-lhe constrangimentos ensejadores de anomalias extrínsecas, que afetam seu status de tranquilidade familiar e social (impressões do man in the street).

Ofensa à personalidade moral -- Nexo de causalidade demonstrado -- Dever de reparação do ente público.

Para que seja impingida à pessoa jurídica de direito público a obrigação de reparar o prejuízo resultante de uma ofensa à integridade moral, que acarrete manifesto ato lesivo aos sentimentos de dignidade, faz-se necessária a comprovação da existência do nexo causal entre os danos ocorridos e a conduta do ente público. Ademais, aponta a autora em que, especificamente, atribui a ofensa moral que lhe teria causado o comportamento do servidor municipal.

Prejuízo -- Fixação do quantum debeatur - Valor que deve orientar-se pelos princípios da razoabilidade e proporcionalidade -- Análise teleológica das leis invocadas.

A fixação da verba indenizatória deve, além de conferir conforto ao lesado, imprimir um caráter dissuasório real para o fim de evitar comportamentos lesivos a terceiros, concretizados por prepostos da pessoa jurídica de direito público. O pretium doloris estima-se, ainda, consoante os parâmetros implícitos da razoabilidade e proporcionalidade da Magna Carta vigente, sem reduzi-lo a um mínimo inexpressivo nem elevá-lo a cifra enriquecedora, atendidas as condições da vítima e a natureza do bem jurídico lesado (préjudice d'affection).

Indenização -- Correção monetária e juros de mora -- Dies a quo a partir da condenação.

Quanto aos juros moratórios e à correção monetária, verifica-se que não foi fixado o dies a quo na sentença.

Segundo a Súmula 54 do STJ, os juros moratórios fluem a contar do evento danoso, visto tratar-se de responsabilidade extracontratual.

A correção monetária deve incorrer do dia da condenação à data do efetivo

pagamento.

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação Cível n. 2003.006881-3, da comarca de Criciúma, em que é apelante Marlene Gomes e apelado o município de Criciúma:

ACORDAM, em Primeira Câmara de Direito Público, por votação unânime, rejeitar a preliminar suscitada pela recorrente e prover o recurso voluntário interposto pela autora.

Custas na forma da lei.

TJ/SC

Responsabilidade Civil do Estado Omissão

19/9/2006

RECURSO ESPECIAL Nº 602.102 – RS (2003/0192193-2)

RELATORA

:

MINISTRA ELIANA CALMON

EMENTA

ADMINISTRATIVO - RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO - ATO OMISSIVO - MORTE DE PORTADOR DE DEFICIÊNCIA MENTAL INTERNADO EM HOSPITAL PSIQUIÁTRICO DO ESTADO.

1. A responsabilidade civil que se imputa ao Estado por ato danoso de seus prepostos é objetiva (art. 37, § 6º, CF), impondo-lhe o dever de indenizar se se verificar dano ao patrimônio de outrem e nexo causal entre o dano e o comportamento do preposto.
2. Somente se afasta a responsabilidade se o evento danoso resultar de caso fortuito ou força maior ou decorrer de culpa da vítima.
3. Em se tratando de ato omissivo, embora esteja a doutrina dividida entre as correntes dos adeptos da responsabilidade objetiva e aqueles que adotam a responsabilidade subjetiva, prevalece na jurisprudência a teoria subjetiva do ato omissivo, de modo a só ser possível indenização quando houver culpa do preposto.
4. Falta no dever de vigilância em hospital psiquiátrico, com fuga e suicídio posterior do paciente.
5. Incidência de indenização por danos morais.
7. Recurso especial provido.

DADOS DO JULGAMENTO

Órgão: Segunda Turma do Superior Tribunal de Justiça

Decisão: Maioria

Data: 06 de abril de 2004

Publicação: DJ1 nº 34, 21/02/2005, p. 146

Fonte:TJ/MG

A Quinta Câmara Cível do Tribunal de Justiça de Minas Gerais manteve a condenação do município de Santana do Paraíso, leste de Minas, responsabilizando-o pela morte de J.G.S., que caiu em um buraco que estava

em uma rua da cidade. A administração pública deverá indenizar M.A.S., viúva da vítima, em R\$20mil, por danos morais, corrigidos monetariamente a partir da data do ilícito; e também em uma pensão mensal, a partir de 06/2002, no valor de 1/3 do salário mínimo, até a data em que o falecido completaria 65 anos, incidindo correção monetária, a partir da data do vencimento de cada parcela.

M.A.S. sustentou que seu esposo, em maio de 2002, então com 39 anos, caiu em uma cratera existente próxima à sua residência, fato que resultou em seu falecimento. Afirmou que o buraco encontra-se no local há mais de 20 anos, sem que a administração municipal tomasse qualquer providência para a solução do problema.

Por sua vez, o município alegou ausência de provas acerca do acidente. Salientou a inexistência de dolo ou culpa em sua ação e que o loteamento, existente há mais de 30 anos, é irregular. Ressaltou, ainda, que a cratera decorre de processo da natureza (erosão).

Entretanto, no entendimento no relator do processo, desembargador Nepomuceno Silva, restou provado que a morte de J.G.S. ocorreu em virtude da omissão do município, que, tendo conhecimento dos problemas erosivos que assolavam àquela localidade, não tomou as providências adequadas para saná-las. "A administração pública omitiu-se quando deveria ter tido comportamento ativo, em prol da segurança pública", concluiu.

Responsabilidade Civil do Estado Dano Moral Decisões Selecionadas

19/9/2006

A 5ª Turma Especializada do TRF-2ª Região manteve a sentença da 15ª Vara Federal do Rio de Janeiro determinando que a União pague 130 mil reais de indenização por danos morais a família de um militar atingido na cabeça por arma de fogo quando servia no 26º Batalhão de Infantaria Pára-quedista. A bala atingiu o crânio do militar, causando seqüelas cerebrais irreversíveis.

O magistrado de primeiro grau fundamentou a sentença na necessidade de reparar a dor e aflição da família ao vivenciarem o sofrimento do militar, já que as lesões sofridas pelo sargento do exército decorreram de disparo efetuado dentro do quartel, o que "configura a responsabilidade da União". A mãe foi obrigada a parar de trabalhar para cuidar do filho, que necessita de cuidados médicos e acompanhamento psicológico. Devido ao impedimento de exercer qualquer outra atividade profissional, a mãe do militar solicitou um pagamento mensal para ser ressarcida da remuneração que deixará de receber. A sentença mantida pelo TRF obriga a União a pagar também 1,5 salários mínimos por mês, de setembro de 1998 até janeiro de 2016 à mãe do sargento.

O IPM (Inquérito Policial Militar) concluiu que a mãe e a irmã do sargento estariam levantando falso testemunho ao reivindicarem apuração efetiva do caso, por não acreditarem na versão apresentada pelo Exército de tentativa de suicídio, com o único intuito de receberem pensão integral e seguro de vida. O juízo da 15ª Vara Federal do Rio de Janeiro entendeu que mãe e filha sofreram dano moral por serem acusadas pelos crimes de falso testemunho e de calúnia, já que "foi atribuída às duas autoras uma conduta imoral - intuito de ganhar dinheiro com a tragédia que acometeu o seu parente".

A União Federal apelou ao TRF argumentando que a "concessão da reforma do militar já constitui uma espécie de indenização", uma vez que também já existe um outro processo em que fora fixada indenização em nome da própria vítima.

O Ministério Público Federal emitiu parecer favorável à manutenção da sentença, ponderando que além dos abalos morais sofridos pela família em função das "dificuldades do dia-a-dia de uma pessoa em cadeira de rodas e com doença mental", ocorreram prejuízos de ordem financeira, a partir do momento em que a mãe do militar parou de trabalhar para cuidar exclusivamente do filho.

A relatora do caso, Desembargadora Federal Vera Lúcia Lima, disse não existir razão para reformar a sentença ou modificar o valor da indenização moral a ser paga pela União: "Já está assentado na jurisprudência o entendimento segundo o qual não há que se falar em prova do dano moral, mas sim em prova dos fatos que geraram os sentimentos íntimos de dor e sofrimento que o ensejam, ou seja, das aludidas conseqüências desastrosas do acidente para os familiares da vítima, as quais, por si só, provam o dano moral. (...) Considero justas as indenizações fixadas na sentença, não merecendo alterações, diante da inexistência de enriquecimento indevido e de valor irrisório."

Fonte:TRF-2

5ª Turma Especializada do TRF-2ª Região manteve, por unanimidade, a decisão proferida pela 16ª Vara Federal do Rio de Janeiro que negou o pedido de indenização, a título de danos morais e lucros cessantes, solicitado pelo então Capitão dos Portos JLWC por ter sido indiciado e denunciado como um dos responsáveis pelo naufrágio da embarcação Bateau Mouche IV. O Capitão havia sido indiciado e posteriormente absolvido das denúncias de prevaricação por não ter assinado o certificado de vistoria da embarcação. De acordo com a decisão da Turma, proferida no julgamento de remessa necessária e apelações cíveis apresentadas pela União e pelo Capitão, a Marinha terá apenas que corrigir monetariamente as parcelas atrasadas, pagas administrativamente quando da promoção retroativa do autor, logo após a ação penal - no qual JLWC foi absolvido - ter sido transitada em julgado.

Em seu apelo ao TRF, JLWC alegou que teve sua reputação abalada, com a exposição de seu nome e imagem na imprensa. O Capitão fundamentou o pedido de indenização por danos morais, pelo seu indiciamento no Inquérito Policial Militar, pela denúncia oferecida pelo Ministério Público e pela excessiva veiculação do seu nome e imagem em jornais de grande circulação, que, segundo ele, se valiam de informações repassadas por Autoridades da Marinha.

No entanto, para o relator do caso, Juiz Federal Convocado Guilherme Couto de Castro, nenhum dos argumentos apresentados nos autos pelo Capitão autoriza a procedência da reparação dos alegados danos morais: "Quanto aos dois primeiros - instauração de inquérito e propositura de ação penal -, o exercício regular do direito de investigar a ocorrência de crime, quando há indícios suficientes, e de acusar o réu, através de adequada ação penal, é manifestação lícita da atividade administrativa, e de extremo relevo para o bem estar da coletividade. A simples absolvição, sem que configurado qualquer excesso no exercício da persecução, obviamente não gera ou pode gerar o dever de indenizar."

De acordo com os termos da decisão proferida pelo relator, casos parecidos com o dos autos não são raros: "Há pessoas que sofrem inquéritos, mas não são denunciadas; há os que são denunciados, e depois absolvidos; há os que são presos preventivamente, e depois absolvidos. Em suma, não se há de admitir que o Estado vá indenizar a todos que, investigados criminalmente, e acusados através de denúncia, mais tarde venham a ser absolvidos. Não aceitar essa premissa inviabilizaria a importante atividade estatal, devido ao alto custo a partir daí gerado, insuportável para a sociedade." Além disso, - completou o magistrado - "a concepção amplamente dominante vai além, para afirmar que até o indivíduo preso preventivamente, e mais tarde absolvido, não faz jus a indenização, se os pressupostos da prisão estavam presentes".

O Juiz Federal Convocado ressaltou ainda que a Constituição Federal garante o ressarcimento à vítima de erro judiciário. No entanto, tal erro deve ser demonstrado: "A jurisprudência afirma que somente em caso de comprovado abuso haverá direito à indenização, sob pena de restar inviabilizada a

apuração de ilícitos. No caso em questão, não se encontra, nos autos, qualquer indício de ilegalidade na apuração dos fatos. Dada a função que era desempenhada pelo apelante, o normal é que se investigasse como, naquele contexto, ele atuou. Se algo escapou à normalidade, foi o naufrágio, e não os procedimentos destinados a esclarecer as suas causas.", explicou.

JLWC, que no dia do naufrágio exercia a função de Capitão dos Portos, foi indiciado e posteriormente denunciado por fatos relacionados ao evento. O então Capitão foi denunciado por prevaricação (art. 319 do Código Penal), por não ter assinado o certificado de vistoria da embarcação, e absolvido "diante do não reconhecimento do enquadramento típico da conduta, à luz da prova coligida."

Ainda segundo o magistrado, cabia ao autor a difícil prova de que seu envolvimento no inquérito e no processo resultou de motivações levianas ou abusivas: "Na tentativa de demonstrar o desacerto de um e outro, limitou-se a exaltar sua conduta ilibada e a dizer que não participou, através de qualquer ação ou omissão caracterizadora de sua responsabilidade, ainda que mínima, em procedimentos ilegais ou irregulares da Capitania dos Portos. Ora, a simples afirmação de que exerceu de maneira regular as suas funções é insuficiente para tornar abusiva a investigação que recaiu sobre o apelante. Está fora de dúvida que os servidores devem levar vida proba e desempenhar com diligência as atribuições que lhes tocam. Isso, no entanto, não confere a eles imunidade. Continuam, como qualquer cidadão, sujeitos à investigação e à persecução."

Já quanto à tese, defendida pelo Capitão, de que teria havido excessiva veiculação do seu nome e imagem em jornais de grande circulação, que teriam se valido de informações repassadas por autoridades da Marinha, o relator do caso entendeu ser improcedente, haja vista o fato de que o desastre despertou, naquela oportunidade, a comoção e o interesse públicos: "A população esperava esclarecimentos e competia às autoridades da Marinha mantê-la a par do andamento da apuração". Segundo o magistrado, para ter direito à reparação pelos alegados danos extrapatrimoniais, o autor deveria demonstrar que algum servidor repassou à imprensa, de modo despropositado e abusivo, dados desabonadores a seu respeito, o que não o fez: "O Autor apenas trouxe aos autos recortes de jornais, alguns com notícias sobre a oferta de ação, entre outros, contra o réu. Tão-só essas informações não servem de lastro ao reconhecimento, na espécie, da responsabilidade civil do Estado. Se houve algum abuso da imprensa, nas notícias, o tema deve ser debatido em ação contra os órgãos de comunicação.", completou.

Por fim, quanto ao pedido referente à indenização, a título de lucros cessantes, a 5ª Turma, por unanimidade, também entendeu não ser procedente: "Afirma-se não ter o autor, em virtude do indiciamento, ocupado cargo que lhe foi oferecido na iniciativa privada. No entanto, a Administração, ao indeferir o requerimento do apelante de transferência para a reserva remunerada, nada mais fez do que dar aplicação ao art. 97 da Lei nº 6.880/80, que dispõe que a transferência para a reserva remunerada, a pedido, não será concedida ao militar que estiver respondendo a inquérito ou processo em qualquer jurisdição", ressaltou o relator.

O Tribunal também desproveu o recurso da União, que havia solicitado o

afastamento da incidência de correção monetária nas parcelas atrasadas, pagas administrativamente quando da promoção retroativa do autor, logo após a ação penal ter sido transitada em julgado sob o argumento de que não existiria norma que desse amparo à incidência de juros e correção monetária aos pagamentos atrasados de servidores, efetuados administrativamente. "A correção de valores pagos com atraso, na via administrativa, se presta a impedir o aviltamento do montante e, por consequência, o enriquecimento sem causa da Administração", esclareceu o magistrado. Em 17/09/91 o autor foi promovido a Capitão de Mar e Guerra. No entanto, a despeito de a promoção operar efeitos retroativos a 31/08/89, o pagamento das diferenças de vencimentos se fez, de forma parcelada, a partir de 29/10/91, sem correção monetária.

Proc.: 97.02.34732-7

Fonte:TRF-2

A 7ª Turma Especializada do TRF-2ª Região assegurou uma indenização por danos morais para MLPO, em razão do falecimento de seu marido ocasionado por falha no serviço de saúde do Hospital Geral de Bonsucesso - HGB, vinculado ao Sistema Único de Saúde - SUS. De acordo com a decisão, a União Federal terá que indenizar a esposa em 150 (cento e cinquenta) salários mínimos, devendo ser acrescidos aos danos morais correção monetária a partir da data da publicação da sentença e juros de mora a partir do evento danoso, no caso, maio de 1994. A decisão da 7ª Turma Especializada foi proferida no julgamento de apelação apresentada pela autora da causa, que reclamava a compensação por danos materiais - julgado improcedente pelo TRF por não ter sido feita a devida comprovação nos autos - e morais.

Em maio de 1994, JDO sofreu acidente automobilístico, tendo sido conduzido ao HGB onde foi atendido e liberado. No entanto, onze dias depois, retornou ao referido hospital com fortes dores abdominais, vindo a falecer em decorrência de peritonite, por ter havido ruptura das alças intestinais. Por conta disso, MLPO ajuizou ação ordinária na 18ª Vara Federal do Rio, pretendendo receber indenização a título de danos morais e materiais. Em sua contestação, a União Federal alegou que "teria sido realizado o atendimento adequado, tendo o óbito ocorrido por culpa exclusiva da vítima". Em seguida, o Juízo de 1ª Instância julgou improcedente o pedido inicial. A partir daí, a esposa de JDO apelou ao TRF.

Para o Desembargador Federal Reis Friede, relator do caso, antes de mais nada, "é importante ressaltar que a Constituição Federal, em seu art. 37, adota a chamada Teoria do Risco Administrativo como fundamento da responsabilidade da Administração Pública". A referida Teoria condiciona a responsabilidade objetiva do Poder Público ao dano decorrente da sua atividade administrativa, isto é, aos casos em que houver relação de causa e efeito entre a atividade do agente público e o dano. Em suma, de acordo com o art. 37, "as pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado prestadoras de serviços públicos, responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo ou culpa".

A partir daí, no entendimento do relator do caso, "da profunda análise dos autos, em especial do laudo médico pericial anexado ao processo, constata-se

a inexistência de conduta culposa por parte dos médicos que realizaram o atendimento do paciente, quando de sua entrada no Hospital Geral de Bonsucesso". De acordo com informações extraídas do laudo, o referido perito afirma que não há evidências quanto ao mau atendimento, "não se configurando imprudência, negligência nem imperícia capaz de dar motivo a uma responsabilidade subjetiva por parte dos agentes públicos", assinalou o magistrado. "Todavia, - ressaltou - é de notoriamente sabida a precariedade do serviço público de saúde em nosso País, alvo de intermináveis críticas e constantes intervenções judiciais para o efetivo cumprimento de seus objetivos. Diante disto, - continuou - verifica-se, no presente caso, a existência de concorrência de causas, tendo em vista que se por um lado a vítima retardou seu retorno ao hospital, por outro, o Estado não forneceu as condições necessárias para uma eventual internação quando do primeiro atendimento. Desta feita, evidente está que ambos os acontecimentos concorreram para a causação do resultado, o que não é capaz de afastar a responsabilidade do Poder Público, devendo ser levado em consideração quando da aferição do cálculo do valor da indenização".

Ainda de acordo com o magistrado, corroborado por unanimidade pela 7ª Turma Especializada, "não merece prosperar o pedido de indenização por danos materiais, dentre eles os decorrentes dos gastos com funeral, pelo que não foi feita a devida comprovação nos autos". No entanto, quanto ao dano moral, o Tribunal fixou a indenização em 150 (cento e cinquenta) salários mínimos, devendo ser acrescidos aos danos morais correção monetária a partir da data da publicação da sentença e juros de mora a partir do evento danoso, por entender que o valor deve ser fixado com moderação: "Não há critérios objetivos para a fixação da indenização a título de danos morais, subordinando-a ao arbítrio judicial, que deve pautar-se pelo critério de equilíbrio. A indenização por dano moral, desta maneira, deve ser fixada em termos razoáveis, não se justificando que a reparação venha a constituir-se em enriquecimento indevido, com manifestos abusos e exageros, devendo o arbitramento operar-se com moderação", ressaltou.

Proc.: 1994.51.01.044232-3

Fonte:TRF-4

RESPONSABILIDADE CIVIL. CIDADÃO IMPEDIDO DE VOTAR. DANOS MORAIS. DESNECESSIDADE DA COMPROVAÇÃO.

- O fato de ter sido impedido de votar em eleições causa constrangimento atentatório à dignidade da pessoa humana, quanto mais em sendo motivado o ato pelo fato de haver suposta sentença penal condenatória. O direito ao voto é manifestação da cidadania e tolher esse direito, desmotivadamente, acarreta ao cidadão o direito de ser indenizado.

- Levando-se em conta o ato desidioso do cartório eleitoral que despreocupou-se em examinar os dados constantes de seus registros, o caráter sancionatório do ressarcimento se faz necessário.

- A comprovação do dano moral, em casos como o dos autos, tem sido dispensada pela jurisprudência do STJ. Neste sentido, correta a sentença ao presumir, embora não comprovado, o dano moral.

Fonte:TRF-4

DADOS DO JULGAMENTO

Órgão: Terceira Turma do TRF da 4ª Região

Decisão: Unânime

Data: 17 de março de 2005

Publicação: DJ2 nº 84, 04/05/2005, p. 612

APELAÇÃO CÍVEL Nº 2000.71.00.015933-9/RS

RELATORA

:

JUÍZA FEDERAL VÂNIA HACK DE ALMEIDA

APELAÇÃO CÍVEL Nº 2002.72.08.004077-1/SC

RELATOR

:

DES. FEDERAL CARLOS EDUARDO THOMPSON FLORES LENZ

EMENTA

CONSTITUCIONAL. ADMINISTRATIVO. RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO. PRELIMINARES DE ILEGITIMIDADE ATIVA E PRESCRIÇÃO. IMPERTINÊNCIA. DANOS MATERIAIS. AUTOR NÃO TITULAR DO DIREITO MATERIAL INVOCADO. POLICIAL RODOVIÁRIO FEDERAL. FISCALIZAÇÃO. DESÍDIA. DESENCADEAMENTO DE INQUÉRITO E AÇÃO PENAL JULGADA IMPROCEDENTE. DANOS MORAIS. VALOR QUE NÃO SE DESTINA AO ENRIQUECIMENTO DA VÍTIMA. MANUTENÇÃO DO QUANTUM FIXADO NA SENTENÇA.

Improvemento das apelações e da remessa oficial.

DADOS DO JULGAMENTO

Órgão: Terceira Turma do TRF da 4ª Região

Decisão: Unânime

Data: 16 de novembro de 2004

Publicação: DJ2 nº 230, 01/12/2004, p. 436

TRF-2

Responsabilidade Civil do Estado Menina morta por Delinqüente com Arma da Polícia

18/9/2006

Por não ter recolhido o revólver calibre 38 de policial civil aposentado e falecido, o Estado do Rio Grande do Sul deverá indenizar pais de menina morta por delinqüente com o uso da referida arma obtida clandestinamente. Com a decisão unânime, a 9ª Câmara Cível do TJRS reformou hoje (26/4) a sentença de 1º Grau, que havia julgado improcedente a ação de indenização por danos materiais e morais contra o ente público. O Colegiado arbitrou a reparação por dano moral em 250 salários mínimos, convertidos em reais na data deste acórdão. O valor será corrigido pelo IGP-M até o efetivo pagamento. Sobre o total da condenação incidirão juros de 6% ao ano até a entrada em vigência do novo Código Civil e após de 12% ao ano. Deferiu também o ressarcimento, por dano material, das despesas com os funerais da estudante, assassinada com um tiro no abdômen em 19/2/1999. Na avaliação do relator do recurso dos autores, Desembargador Adão Sérgio do Nascimento Cassiano, a omissão do Estado em recolher a arma de propriedade da Polícia Civil "contribuiu no mínimo como concausa para a morte da filha dos apelantes". O magistrado ressaltou que a doutrina e jurisprudência majoritárias defendem que a responsabilização estatal por conduta omissiva é objetiva. "No caso concreto, ainda que se possa entender que a responsabilidade estatal é subjetiva, o Estado deve ser responsabilizado, pois restou comprovada a culpa concorrente do réu pelos danos causados à família da vítima." Ressaltou que a arma encontrava-se em carga com um Inspetor da Polícia Civil desde 1979. O servidor aposentou-se em 1987 e faleceu em 1994, e o instrumento não foi recolhido pelo Estado. No entendimento do magistrado, o homicídio causado por terceiro não teria ocorrido se não houvesse a falta de prestação devida de serviço relacionado ao Estado. "Mesmo que se possa levar em conta que os criminosos não tinham relação com o ente público, se tomaram posse da arma de maneira clandestina, foi em virtude da omissão culposa do réu." Questionou o porquê de a Polícia não ter recolhido a arma. "Será porque no art. 5º do Decreto Estadual nº 34.534/92 consta que **poderão** ser recolhidos os instrumentos ali descritos, e não consta **deverão**?" Afirmou que "tangencia as raias do absurdo" os argumentos da defesa do réu que expôs que a Polícia Civil interpreta, pelo disposto legal, não haver necessidade de arrecadar uma arma de sua propriedade. "Com policial não mais habilitado para portá-la?, perguntou o Desembargador. Lembrou que a Câmara tem entendido que havendo mau-funcionamento do serviço público, ainda que o evento danoso tenha sido praticado por terceiro, o Estado responde civilmente pelo ato ilícito. "É o caso, por exemplo, em que há falta do dever de vigilância, ocorrendo, por via de consequência, fuga de preso que vem a praticar crimes." Acompanharam o voto do relator os Desembargadores Íris Helena Medeiros Nogueira e Odone Sanguiné. Proc. 70007308083

TJ/RS

Responsabilidade civil do Estado Ato do juiz

4/9/2006

O Estado responde por atos judiciais danosos, uma vez que não se aceita mais a tese da irresponsabilidade. No caso, porém, da responsabilidade pessoal do juiz, até para preservar a sua independência, há limites importantes. Com efeito, somente responderá pessoalmente pelo danos injustos causados dolosamente ou com fraude ou, também, quando, sem motivo razoável, retardar, recusar ou omitir medidas que deveria ordenar. Leia-se, a propósito, o art. 133 do CPC:

Art. 133. Responderá por perdas e danos o juiz, quando:

I - no exercício de suas funções, proceder com dolo ou fraude;

II - recusar, omitir ou retardar, sem justo motivo, providência que deva ordenar de ofício, ou a requerimento da parte.

Parágrafo único. Reputar-se-ão verificadas as hipóteses previstas no nº II só depois que a parte, por intermédio do escrivão, requerer ao juiz que determine a providência e este não lhe atender o pedido dentro de 10 (dez) dias

Na mesma linha e com as mesmas palavras, prescreve a Lei Complementar 35/1979 (Lei Orgânica da Magistratura), art. 49:

Da Responsabilidade Civil do Magistrado

Art. 49 - Responderá por perdas e danos o magistrado, quando:

I - no exercício de suas funções, proceder com dolo ou fraude;

II - recusar, omitir ou retardar, sem justo motivo, providência que deva ordenar o ofício, ou a requerimento das partes.

Parágrafo único - Reputar-se-ão verificadas as hipóteses previstas no inciso II somente depois que a parte, por intermédio do Escrivão, requerer ao magistrado que determine a providência, e este não lhe atender o pedido dentro de dez dias.

Entre os textos que tratam do assunto, vide Juarez Freitas in Estudos de Direito Administrativo. São Paulo: Malheiros. Vide mais: José Aguiar Dias in Da Responsabilidade Civil. Rio de Janeiro: Forense, Ruy Rosado de Aguiar Júnior in "A Responsabilidade Civil do Estado pelo exercício da função jurisdicional no Brasil", Ajuris 59/39, Yussef Said Cahali in Responsabilidade Civil do Estado. São Paulo: Malheiros, 1996, Volnei Ivo Carlin in "A Responsabilidade Civil do Estado resultante do exercício das funções jurisdicionais". RT 557/ 15, Moacyr Mário Porto in "Responsabilidade do Estado pelos atos de seus Juízes," RT 563/9.

RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO POR OMISSÃO.

Discutia-se a responsabilidade civil do Estado decorrente do fato de não ter removido entulho acumulado à beira de uma estrada, para evitar que ele atingisse uma casa próxima e causasse o dano, em hipótese de responsabilidade por omissão. Diante disso, a Min. Relatora traçou completo panorama da evolução da doutrina, legislação e jurisprudência a respeito do tortuoso tema, ao perfilar o entendimento de vários escritores e julgados. Por fim, filiou-se à vertente da responsabilidade civil subjetiva do Estado diante de condutas omissivas, no que foi acompanhada pela Turma. Assim, consignado pelo acórdão do Tribunal *a quo* que a autora não se desincumbiu de provar a culpa do Estado, não há que se falar em indenização no caso. Precedentes citados do STF: RE 179.147-SP, DJ 27/2/1998; RE 170.014-SP, DJ 13/2/1998; RE 215.981-RJ, DJ 31/5/2002; do STJ: REsp 418.713-SP, DJ 8/9/2003, e REsp 148.641-DF, DJ 22/10/2001. REsp 721.439-RJ, Rel. Min. Eliana Calmon, julgado em 21/8/2007.

Administrativo Responsabilidade Civil do Estado Não configurada responsabilidade do Estado em morte causada por apenado do regime aberto

12/12/2007

O Estado tem obrigação de prestar segurança pública e de zelar pela guarda de seus apenados, mas é impossível esperar-se a ação preventiva em particular a cada cidadão ou o acompanhamento individual do apenado, nos momentos em que este goza de benefícios externos, em todos os locais e circunstâncias da vida. Com este entendimento, a 6ª Câmara Cível do TJRS, em regime de exceção, negou pedido de indenização por danos morais e pensionamento a autora que reclamava pela morte de seu pai, causada por apenado do regime aberto, durante um assalto. A decisão foi unânime.

A autora alegou a existência de falha do Estado na concessão de progressão de regime concedida a detento inapto, que praticou latrocínio contra seu pai enquanto gozava do benefício, sustentando a culpa do Estado e o dever de indenizar.

O Desembargador Odone Sanguiné, Relator, destacou que, no caso, não se configura a omissão do Estado. Enfatizou que não era dado ao Estado o dever de exigir vigilância estrita sobre o autor do crime, tendo em vista o regime prisional que usufruía, permitindo-lhe o direito de gozar de benefícios externos para desempenhar atividades laborativas. Salientou que todos os requisitos para a concessão do regime aberto foram observados, não podendo o Estado prever a ocorrência de novos fatos, "visto que, aparentemente o preso lograva êxito na ressocialização", analisou.

"Poder-se-ia cogitar de responsabilidade estatal se o apenado descumprisse reiteradamente com os requisitos inerentes ao regime de que desfrutava, o que não diz com a hipótese dos autos, uma vez que inexistente notícia de reiterado descumprimento, não havendo porque se falar em ato doloso ou culposos da administração, tampouco, em alegada omissão dolosa a ser imposta ao Estado", acrescentou.

Para o Desembargador, o Estado deve prestar policiamento ostensivo e preventivo, mas não sendo onipresentes, seus agentes não podem estar em todos os lugares ao mesmo tempo. "Não se pode cogitar na falha na prestação de serviço público, tendo em vista que não houve participação específica de agente estatal no evento, mas fato praticado por terceiro. Inexistindo omissão concreta do Estado", conclui o magistrado.

Também participaram do julgamento, em 13/11, os Desembargadores Otávio Augusto de Freitas Barcellos e Angelo Maraninchi Giannakos, que acompanharam o voto do Relator.

Proc. 70016342016 (Maria Helena Gozzer Benjamin)

Tutela Antecipada Responsabilidade Civil Objetiva do Estado

12/6/2008

O Supremo Tribunal, por maioria, deu provimento a agravo regimental interposto em suspensão de tutela antecipada para manter decisão interlocutória proferida por desembargador do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, que concedera parcialmente pedido formulado em ação de indenização por perdas e danos morais e materiais para determinar que o mencionado Estado-membro pagasse todas as despesas necessárias à realização de cirurgia de implante de Marcapasso Diafragmático Muscular - MDM no agravante, com o profissional por este requerido. Na espécie, o agravante, que teria ficado tetraplégico em decorrência de assalto ocorrido em via pública, ajuizara a ação indenizatória, em que objetiva a responsabilização do Estado de Pernambuco pelo custo decorrente da referida cirurgia, "que devolverá ao autor a condição de respirar sem a dependência do respirador mecânico".

Entendeu-se que restaria configurada uma grave omissão, permanente e reiterada, por parte do Estado de Pernambuco, por intermédio de suas corporações militares, notadamente por parte da polícia militar, em prestar o adequado serviço de policiamento ostensivo, nos locais notoriamente passíveis de práticas criminosas violentas, o que também ocorreria em diversos outros Estados da Federação.

Em razão disso, o cidadão teria o direito de exigir do Estado, o qual não poderia se demitir das consequências que resultariam do cumprimento do seu dever constitucional de prover segurança pública, a contraprestação da falta desse serviço.

Ressaltou-se que situações configuradoras de falta de serviço podem acarretar a responsabilidade civil objetiva do Poder Público, considerado o dever de prestação pelo Estado, a necessária existência de causa e efeito, ou seja, a omissão administrativa e o dano sofrido pela vítima, e que, no caso, estariam presentes todos os elementos que compõem a estrutura dessa responsabilidade.

Além disso, aduziu-se que entre reconhecer o interesse secundário do Estado, em matéria de finanças públicas, e o interesse fundamental da pessoa, que é o direito à vida, não haveria opção possível para o Judiciário, senão de dar primazia ao último.

Concluiu-se que a realidade da vida tão pulsante na espécie imporia o provimento do recurso, a fim de reconhecer ao agravante, que inclusive poderia correr risco de morte, o direito de buscar autonomia existencial, desvinculando-se de um respirador artificial que o mantém ligado a um leito hospitalar depois de meses em estado de coma, implementando-se, com isso, o direito à busca da felicidade, que é um consectário do princípio da dignidade da pessoa humana. Vencida a Min. Ellen Gracie, Presidente, que mantinha os fundamentos da decisão agravada, por reputar devidamente demonstrada, no caso, a ocorrência de grave lesão à ordem pública, considerada em termos de ordens jurídico-constitucional e jurídico-processual.

A Ministra asseverava que a decisão em tela, ao determinar, monocrática e incidentalmente, o imediato pagamento da importância teria violado o que dispõe o art. 100 da CF, bem como estaria em confronto com o estabelecido pelo art. 2º-B da Lei 9.494/97, que proíbe a execução provisória de julgados contra o Poder Público.

Aduzia, também, que a aludida decisão representaria grave lesão à ordem pública, considerada em termos de ordem administrativa, já que permitiria a realização de cirurgia de alto custo não contemplada no Sistema Único de Saúde, sem que tivesse ocorrido instauração de um procedimento administrativo ou avaliação médica credenciada para tanto. **STA 223 AgR/PE, rel. orig. Min. Ellen Gracie, rel. p/ o acórdão Min. Celso de Mello, 14.4.2008. (STA-223)**

Fonte:STF

Responsabilidade Civil do Estado Negada indenização para mulher que caiu em via pública
6/10/2008

A 4ª Câmara de Direito Público do Tribunal de Justiça manteve sentença da Comarca de Blumenau que negou indenização moral, estética e física pleiteada pela cidadã blumenauense Gabriela Maria Ciacco decorrente de queda sofrida em via pública. Segundo os autos, ao se dirigir ao ponto de ônibus, a autora tropeçou na raiz de uma árvore, batendo com a cabeça no chão. Em função do acidente, requereu a condenação do município ao pagamento de cerca de R\$ 100 mil, diante da negligência em manter as condições normais de utilização dos locais públicos. O município, por sua vez, sustentou que Gabriela foi a única responsável pela queda. Comprovou-se que o sinistro efetivamente aconteceu e que dele resultaram lesões na apelante. Porém, fotografias anexadas aos autos demonstraram que o local do acidente é um canteiro, ou seja, área inapropriada à passagem de pedestres. Para o relator do processo, desembargador Cláudio Barreto Dutra, não houve negligência do município na conservação de bens públicos. O acidente foi em decorrência da falta de cautelas da vítima, quiçá pela pressa em alcançar o ponto de ônibus. "Como é cediço, a responsabilidade civil objetiva, decorrente do risco administrativo, pode ser repelida, desde que se demonstre que o dano foi possível por culpa exclusiva da vítima, de terceiro ou que tenha resultado de caso fortuito ou força maior", esclareceu o magistrado. (Apelação Cível n. 2005.010828-4)

TJSC

Responsabilidade Objetiva do Estado Indenização por dano material ou moral depende de
comprovação de erro médico
3/2/2009

Uma decisão unânime da 8ª Turma Especializada do TRF-2ª Região negou o pedido de uma paciente que pretendia que a União fosse condenada a pagar indenização por danos morais e materiais por conta de suposto erro no diagnóstico e suposta negligência médica em hospitais da rede pública. A decisão do Tribunal se deu em resposta a apelação cível apresentada por A.M.S.C. que pretendia a reforma da sentença de primeiro grau que já havia julgado improcedente o seu pedido. A paciente alegou, nos autos, que ao sentir fortes dores de cabeça, teria se dirigido ao Posto de Assistência Médica (PAM) Venezuela, no centro do Rio, vindo a ser dopada e levada ao Hospital Pinel, recebendo tratamento dispensado aos doentes mentais, gerando uma série de transferências para hospitais conveniados ao antigo Inamps, que teriam realizado "tratamentos negligentes". Para A.M.S.C., "o tratamento realizado, com a utilização de eletrochoque, evidentemente teria sido equivocado, tendo em vista que a sua cura sobreveio através de uma cirurgia de descompressão do nervo Trigênio", alegou. No entanto, para o relator do caso no TRF, juiz federal convocado Marcelo Pereira da Silva, a paciente "se limitou a juntar declarações de internação, receitas médicas e pedidos de exames, inexistindo ... elemento de prova suficiente a demonstrar que houve de fato erro no diagnóstico ou que os médicos consultados não se utilizaram de todos os meios e tecnologias disponíveis para a cura de sua patologia", explicou. "Admitir-se a responsabilidade objetiva da União em todos os atendimentos médicos prestados nos hospitais públicos - continuou - é ... transformar a obrigação do médico em obrigação de resultado e não de meio, o que violaria sua própria natureza e traria consequências absurdas no resultado de pendências desta natureza", encerrou. Proc.: 1991.51.01.135442-8 www.trf2.jus.br

Justiça Federal

Responsabilidade Civil do Estado Indenização Bilionária Sentença Reformada

11/6/2007

Acompanhando o voto do desembargador federal Paulo Espírito Santo, a 5ª Turma Especializada do TRF-2ª Região reformou sentença da Justiça Federal do Rio que assegurava a dez empresas exportadoras de café uma indenização de cerca de 300 milhões de libras esterlinas (mais de um bilhão de reais, pela cotação atual), por danos materiais e morais ocorridos em razão da malsucedida "Operação Patrícia", realizada em 1986, durante o governo Sarney. A decisão da Turma foi proferida no julgamento de uma apelação cível apresentada pela União contra a sentença de 1º grau.

Segundo informações dos autos, a operação realizada há 21 anos recebeu este nome por causa da filha do presidente do extinto Instituto Brasileiro do Café (IBC), Hugo Napoleão. Na época, preocupado com a queda do preço do café no mercado internacional, o IBC celebrou contrato com as exportadoras, pelo qual elas se obrigavam a adquirir estoques de café no Terminal de Londres. O objetivo, então, era retirar café do mercado externo, de forma a elevar a cotação do produto, com vistas a melhorar a receita cambial do Brasil. Assim, foram comprados em Londres vários lotes de café tipo robusta, que ficaram armazenados, à disposição do IBC, em armazéns na cidade italiana de Trieste. Ainda nos termos do contrato, até 90 dias após a compra do café robusta, o IBC deveria entregar às empresas lotes de café da variedade arábica, ou ressarcir os seus gastos em dólares americanos.

Ocorre que, em fevereiro de 1987, o governo brasileiro decretou moratória unilateral, ou seja, ficou suspenso o pagamento dos juros relativos à dívida externa aos bancos privados internacionais. A decisão (do então ministro Dílson Funaro) visava a conter a expansão do consumo interno e a supervalorização da taxa de câmbio causadas com a implementação do Plano Cruzado no ano anterior, e ainda a repor as reservas cambiais do país, que estavam muito baixas. Com a crise cambial decorrente disso, o IBC não conseguiu honrar o compromisso contratual com as empresas Mercantil Trading S/A, Exportadora Brasileira de Café S/A - Brascafé, Cafenorte S/A Importadora e Exportadora, Unicafé Lausanne S/A, Citoma Trading Limited, Tristao Trading Inc., Usicafé S/A, Peracio International S/A, Atlantic Coffee Corporation e Bourbon Instant Coffee, que ajuizaram a causa na 1ª instância, pleiteando indenização. Apenas uma parcela, de 15 milhões de dólares, chegou a ser paga.

Segundo o advogado da causa, haveria, além dessas dez, oito outras empresas (que não estão na ação julgada pelo TRF) que teriam participado da operação realizada no London Terminal e que também teriam sido prejudicadas com o seu insucesso. Ainda de acordo com dados do processo, as exportadoras acabaram vendendo o café robusta que comparam no terminal da capital britânica.

O Ministério Público Federal argumentou que o IBC seria incompetente para firmar o contrato que viabilizou a Operação Patrícia. A autoridade que poderia celebrá-lo, disse o procurador da República, seria o Conselho Monetário Nacional. Além disso, o objeto do contrato seria ilícito, porque não se trataria de fomento interno às exportações, mas de manipulação no mercado internacional, com a tentativa de criar um preço artificial, burlando, inclusive, os contratos comerciais brasileiros.

Já no entendimento do desembargador federal Paulo Espírito Santo, que proferiu o voto vencedor no julgamento ocorrido no Tribunal, o contrato era lícito e o agente (o IBC) era competente, considerando que a extinta autarquia existia para regular, legitimar e incrementar o mercado brasileiro e internacional com vistas à obtenção de melhores e mais eficientes divisas para o Brasil. E foi isso, afirmou o magistrado, que o instituto fez ao montar a operação e convidar as empresas para tomar parte nela. No entanto, lembrou o desembargador, as exportadoras celebraram o contrato espontaneamente e atuaram em uma operação de risco, como, aliás, é inerente a qualquer atividade empresarial. Ainda, afirmou o magistrado, a operação só não produziu os resultados econômicos esperados por conta das crises cambiais de 1987 e 1988 e não por culpa do governo.

O relator do voto vencedor do julgamento também ponderou que a apuração do caso em um processo administrativo não demonstrou ter havido dolo por parte da direção do IBC ou das empresas que operam no mercado cafeeiro. Por fim, ele destacou que não há, no caso concreto, por parte da União, responsabilidade civil objetiva, que geraria a obrigação de indenizar. Nos termos do artigo 37 da Constituição Federal, é necessário, para isso que a atuação do agente público tenha

sido, comprovadamente, a causa do dano sofrido por aquele que pede a indenização: “Não posso admitir uma responsabilidade civil da União, que sucedeu uma autarquia que agia juntamente com os interesses dos empresários, na elevação dos preços no mercado nacional e internacional, no contexto de um prejuízo, porque houve um fato que não era previsto, um fato aleatório, que era o risco do câmbio”.

Proc. 1992.51.01.000378-1

Responsabilidade Civil do Estado: STJ rejeita pedido de dano moral a preso em razão de presídio superlotado
10/11/2009

A Primeira Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) rejeitou um recurso especial em que um presidiário pretendia obter indenização por danos morais em razão de superlotação na prisão. O presidiário ingressou com a ação de indenização contra o estado de Mato Grosso do Sul alegando que sofreu danos morais em razão da superlotação no Estabelecimento Penal Masculino de Corumbá. Condenado a cinco anos e quatro meses de reclusão por crimes previstos na antiga lei de tráfico e uso de entorpecentes (Lei n. 6.368/76 ? revogada), ele sustentou que o presídio conta com 370 presos, quando a capacidade é para 130 detentos. Ele pretendia a condenação do estado ao pagamento de indenização no valor de sete salários mínimos. Após ter o pedido julgado improcedente em primeiro e segundo grau, o preso recorreu ao STJ alegando violação do artigo 186 do Código Civil sob o fundamento de que a Constituição Federal (CF) é explícita ao afirmar que é assegurado ao preso o respeito à integridade física e moral que, se desrespeitada, caberá indenização por danos morais e ressarcimento por danos materiais. Ele alegou ainda que o "desprezo do poder público" causam-lhe sofrimentos que vão além da pena imposta, ocorrendo violação dos artigos 5º e 37 da CF. O ministro Luiz Fux, relator do recurso, destacou primeiramente que a competência para examinar questões constitucionais é do Supremo Tribunal Federal. Ao STJ cabe apenas a análise da configuração da responsabilidade do Estado à luz do Código Civil. Nesse ponto, o tribunal estadual baseou-se na análise de fatos e provas para decidir que não havia nexo causal entre a suposta omissão do Estado e os danos morais, que sequer foram concretamente comprovados. De acordo com o ministro Luiz Fux, analisar a configuração da responsabilidade subjetiva do Estado seria necessária a revisão de provas, o que é vedado pela Súmula n. 07 do STJ. Seguindo o voto do relator, a Primeira Turma, por unanimidade, não conheceu do recurso.

STJ

Responsabilidade civil do Estado superpopulação carcerária e dever de indenizar - 1

O Plenário iniciou julgamento de recurso extraordinário em que discutida a responsabilidade do Estado e o consequente dever de indenizar, por danos morais, o cidadão preso e submetido a tratamento desumano e degradante pela excessiva população carcerária. No caso, o tribunal de origem entendera caracterizado o dano moral porque, após realizado laudo de vigilância sanitária no presídio e decorrido lapso temporal, não teriam sido sanados problemas de superlotação e de falta de condições mínimas de saúde e de higiene do estabelecimento penal. Considerara, ainda, que não assegurado o mínimo existencial, não se poderia aplicar a teoria da reserva do possível. O Ministro Teori Zavascki (relator) deu provimento ao recurso, por reputar presente a responsabilidade civil do Estado, no que foi acompanhado pelo Ministro Gilmar Mendes. O relator registrou, de início, não haver qualquer controvérsia a respeito dos fatos da causa. Pontuou que o próprio acórdão recorrido reconheceu a precariedade do sistema penitenciário estadual, que teria lesado direitos fundamentais do recorrente, quanto à dignidade, intimidade, higidez física e integridade psíquica. Assim, situada a matéria jurídica no âmbito da responsabilidade civil do Estado, cabe a ele responder pelos danos causados por ação ou omissão de seus agentes, em face da autoaplicabilidade do art. 37, § 6º, da CF, que não se sujeitaria a intermediação legislativa ou a providência administrativa de qualquer espécie. Ocorrido o dano e estabelecido o seu nexo causal com a atuação da Administração ou dos seus agentes, nasceria a responsabilidade civil do Estado. Logo, reconhecido o dever estatal, imposto pelo sistema normativo, de manter em seus presídios os padrões mínimos de humanidade previstos no ordenamento jurídico, seria também responsabilidade do Poder Público ressarcir os danos, inclusive morais, comprovadamente causados aos detentos em decorrência da falta ou insuficiência das condições legais de encarceramento.

RE 580252/MS, rel. Min. Teori Zavascki, 3.12.2014. (RE-580252)

Responsabilidade civil do Estado: superpopulação carcerária e dever de indenizar - 2

O relator asseverou que as violações a direitos fundamentais causadoras de danos pessoais a detentos em estabelecimentos carcerários não poderiam ser relevadas ao argumento de que a indenização não teria o alcance para eliminar o grave problema prisional globalmente considerado, dependente da definição e da implantação de políticas públicas específicas, providências de atribuição legislativa e administrativa, não de provimentos judiciais. Aduziu que, admitida essa assertiva, significaria justificar a perpetuação da desumana situação constatada em presídios como aquele em que cumpre pena o recorrente. A criação de subterfúgios teóricos — como a separação dos Poderes, a reserva do possível e a natureza coletiva dos danos sofridos — para afastar a responsabilidade estatal pelas calamitosas condições da carceragem afrontaria não apenas o sentido do art. 37, § 6º, da CF, como determinaria o esvaziamento das inúmeras cláusulas constitucionais e convencionais [Pacto Internacional de Direitos Civis e Políticos das Nações Unidas; Convenção Americana de Direitos Humanos; Princípios e Boas Práticas para a Proteção de Pessoas Privadas de Liberdade nas Américas contida na Resolução 1/2008, aprovada pela Comissão Interamericana de Direitos Humanos; Convenção da ONU contra Tortura e Outros Tratamentos ou Penas Cruéis, Desumanos ou Degradantes; Regras Mínimas para o Tratamento de Prisioneiros (adotadas no 1º Congresso das Nações Unidas para a Prevenção ao Crime e Tratamento de Delinquentes)]. O descumprimento reiterado dessas cláusulas se transformaria em mero e inconsequente ato de fatalidade, o que não poderia ser tolerado. Enfatizou que a invocação seletiva de razões de Estado para negar, especificamente a determinada categoria de sujeitos, o direito à integridade física e moral, não seria compatível com o sentido e o alcance do princípio da jurisdição. Acolher essas razões seria o mesmo que recusar aos detentos os mecanismos de reparação judicial dos danos sofridos, a descoberto de qualquer proteção estatal, em condição de vulnerabilidade juridicamente desastrosa. Seria dupla negativa: do direito e da jurisdição. A garantia mínima de segurança pessoal, física e psíquica dos detentos constituiria inescusável dever estatal. Em seguida, pediu vista dos autos o Ministro Roberto Barroso.

RE 580252/MS, rel. Min. Teori Zavascki, 3.12.2014. (RE-580252)

Estado não é responsável por morte de refém em sequestro, diz TJ-SP

A regra que exige nexo causal para que o estado pague indenizações também pode ser aplicada a sequestros. Assim entendeu a 11ª Câmara de Direito Público do Tribunal de Justiça de São Paulo ao negar recurso movido contra o governo de São Paulo pela família de Eloá, que foi morta pelo ex-namorado em 2008 depois de cinco dias de negociação com a Polícia Militar.

À época, a polícia invadiu o cativeiro depois de ouvir um barulho similar ao de um tiro. Para a família de Eloá, a atuação da PM de São Paulo foi "atabalhada", principalmente porque a responsabilidade pelas negociações teria sido repassada a uma das reféns.

A procuradora Mirna Clandi, que representou o estado na ação, cita esse fato na peça: "A respeito das críticas ao retorno [da refém] ao local dos fatos, bom ressaltar, a princípio, que não se está debatendo nesta demanda o perigo a que essa adolescente possa ter sido exposta, mas sim o nexo causal entre essa conduta e o desfecho do crime cometido contra Eloá".

Em seu voto, o relator do caso, José Jarbas de Aguiar Gomes, afirma que o argumento de que o diálogo com o sequestrador foi feito por um dos reféns, e não pela PM, "é tese que não vinga". Ele destacou que o retorno da refém ao apartamento onde o fato ocorria foi solicitado pelo sequestrador, que ameaçava matar Eloá caso o pedido não fosse cumprido.

Outro ponto que corrobora a atitude da PM, segundo o relator, é autorização dada pela mãe do refém para que ela voltasse e ajudasse sua amiga. "Não é possível reconhecer culpa ou dolo dos agentes estatais no desempenho de suas funções", diz o desembargador, complementando que não há evidência de que as equipes responsáveis pelo caso seriam despreparadas para a função exercida.

Além disso, o fato de a polícia ter permanecido no local desde o início do sequestro, para os magistrados, ultrapassa o dever funcional do responsável pela segurança da população, pois mostra comprometimento daqueles que "não se esquivaram do cumprimento de suas funções nem se afastaram, por um só segundo".

Outro ponto que isenta a responsabilidade do estado, de acordo com os desembargadores, é o fato de o sequestrador, que é ex-namorado da vítima, agir de maneira psicótica e ter perdido o controle em quatro ocasiões, agredido a refém e dado dois tiros dentro do apartamento. O depoimento de uma menor de idade também é levado em consideração pelos julgadores.

Os julgadores afirmam, com base nos dizeres de uma das reféns, que o sequestrador não iria permitir que sua ex-namorada deixasse o cativeiro com vida. "Os elementos contidos nos autos não autorizam a formação de um juízo de culpa e de reprovação em relação à conduta dos policiais. Seria necessária prova estreme de dúvida acerca do nexo de causalidade entre a ação dos agentes públicos e o evento morte, em virtude das condições que se apresentavam naquele dado momento", finalizou o relator.

Fonte: *Conjur*, de 17/12/2016

Morte de detento em presídio gera dever de indenizar

A 13ª Câmara de Direito Público condenou a Fazenda do Estado a indenizar familiares de um detento que se suicidou dentro de estabelecimento prisional. O valor foi fixado em R\$ 35 mil por danos morais para a mãe do preso e o mesmo valor para a filha, além do pagamento de pensão mensal para a criança em quantia equivalente a 2/3 do salário mínimo nacional até que complete a maioridade ou, se cursar ensino superior, na data em que completar 25 anos de idade. Consta dos autos que o detento se submetia a tratamento com medicamentos antipsicóticos e mesmo assim foi mantido em cela solitária, sem a devida guarda. As autoras contaram que dois dias antes de sua morte, ele já havia tentado o suicídio e que houve omissão no dever de vigilância do Estado.

A relatora do recurso, desembargadora Flora Maria Nesi Tossi Silva, afirmou que, uma vez constatada omissão e identificada como causa do evento danoso, está caracterizada a responsabilidade patrimonial da pessoa política. "Não é admissível que alguém que é portador de síndrome de pânico e ansiedade generalizada e que fazia uso de substâncias antipsicóticas e tenha atentado contra a própria vida dois dias antes dos fatos tenha ficado sozinho e sem inspeção por tempo suficiente para rasgar uniforme, pendurar-se na janela, agonizar e morrer sem que nenhum agente público que estava no local pudesse perceber. Inadmissível, ainda, que o fato tenha sido constatado por sentenciado que realizava a limpeza do estabelecimento prisional, quando o suicídio já estava consumado." Os desembargadores Ricardo Mair Anafe e Dimas Borelli Thomaz Júnior também integraram a turma julgadora e acompanharam o voto do relator.

Fonte: site do TJ SP, de 21/6/2016

Responsabilidade Civil: Acidente de Trânsito e Má-Sinalização

2/3/2006

A 3ª Câmara do Direito Civil do Tribunal de Justiça, por unanimidade de votos, julgou improcedente a apelação impetrada pela empresa Contreras – Brasil Ltda., e manteve sua condenação ao pagamento de indenização a BJS Construções e Empreendimentos Ltda., por acidente de trânsito ocorrido em decorrência de má sinalização e a existência de resíduos de construção na estrada. Segundo os autos, a construtora BJS ajuizou uma ação de ressarcimento por danos causados em acidente de veículo na comarca de Santo Amaro da Imperatriz contra as empresas Petrobrás – Petróleo Brasileiro S/A, TBG – Transportadora Brasileira Gasoduto Bolívia/Brasil S/A e Contreras Brasil Ltda. Relatou que um veículo de sua propriedade, ao passar em cima de uma vala transversal aberta sobre a pista de rolamento, perdeu o controle e invadiu a contramão, chocando-se com um outro automóvel. Assegurou que a responsabilidade seria das empresas diante da inexistência de sinalização adequada das obras que ali se realizavam, além de acúmulo de barro, areia e brita na via. Na ação, solicitou o pagamento do valor de R\$ 21,9 mil pelos danos materiais. Na contestação, as empresas alegaram a existência de sinalização e que a ocorrência se verificou em razão da velocidade excessiva do veículo da autora da ação. O juiz da comarca julgou parcialmente procedente o pedido e as condenou ao pagamento de R\$ 3,6 mil. Ao analisar o recurso, o relator da matéria, Desembargador Marcus Túlio Sartorato observou que, em depoimento, o policial rodoviário federal registrou que “a obra se encontrava com deficiência de sinalização e contava com a presença de resíduos de barro, areia e brita sobre o leito, demonstrando negligente das empresas”. Segundo o magistrado, restou caracterizado o não cumprimento estabelecido de manter a estrada limpa. Diante da comprovação da falta de sinalização e dos prejuízos sofridos, o relator julgou pela manutenção da indenização a título de danos materiais no valor de R\$ 3,6 mil. Participaram do julgamento os desembargadores Sérgio Izidoro Heil e Sônia Maria Schmitz (AC 2003.0162895)

TJ/SC

Responsabilidade Civil do Estado: Recente Proposta de Mudança em Portugal

22/2/2006

O Governo de Portugal assumiu o compromisso de consagrar um novo regime de responsabilidade civil extracontratual das pessoas colectivas públicas, na sequência de iniciativas anteriormente tomadas e que, por razões que se repetiram, não deram lugar a um texto legal. Em 30 de Novembro de 2001, a Assembleia da República aprovou na generalidade e com o voto favorável de todos os partidos representados, a Proposta de Lei n.º 95/VIII, apresentada pelo Governo em Julho de 2001, sobre o regime da Responsabilidade Civil Extracontratual do Estado. A referida Proposta de Lei não chegou, no entanto, a ser aprovada na especialidade pela Assembleia da República, por força da demissão do Governo, que implicou a caducidade da referida Proposta de Lei e obrigou ao recomeço de um novo procedimento legislativo. Iniciada nova legislatura, um grupo de deputados do Grupo Parlamentar do Partido Socialista apresentou, em 16 de Outubro de 2002, um novo projecto de lei de Responsabilidade Civil Extracontratual do Estado (Projecto de Lei n.º 148/IX), que se baseou na Proposta de Lei n.º 95/VIII. Esse Projecto também foi aprovado por unanimidade, na generalidade, em Novembro de 2002. Em Setembro de 2003, o XV Governo Constitucional apresentou à Assembleia da República a Proposta de Lei n.º 88/IX, que foi igualmente aprovada na generalidade pela Assembleia da República. À semelhança do que sucedera em 2001 com a Proposta de Lei n.º 95/VIII, as referidas propostas não chegaram a ser votadas na especialidade, em virtude da demissão do Governo, o que determinou, uma vez mais, a caducidade das propostas, obrigando ao recomeço de novo procedimento legislativo. O Governo apresenta agora novamente à Assembleia da República uma proposta de lei que regula o regime da responsabilidade civil extracontratual do Estado, na esteira dos projectos apresentados pelo XIV Governo Constitucional e pelos deputados do Grupo Parlamentar do Partido Socialista. Os diversos contributos recolhidos no decurso deste longo processo foram tidos em conta na elaboração da presente proposta de lei, com destaque para as propostas contidas no texto apresentado pela Ordem dos Advogados, cujo articulado foi, em grande medida, retomado, na medida em que pareceu deverem ser partilhados muitos dos considerandos em que ele se baseou e que, nesta exposição de motivos, por isso mesmo se subscrevem. Pode dizer-se que se afigura correcta a opção de partir para a redefinição do regime da responsabilidade civil extracontratual do Estado e demais pessoas colectivas de direito público, pelo menos no que ao exercício da função administrativa se refere, do regime estatuído no Decreto-Lei n.º 48 051 e às soluções que, ao longo dos tempos, em seu torno foram sendo gizadas pela jurisprudência portuguesa. Daí ter sido considerado útil incorporar na lei soluções que, tendo vindo a afirmar-se na prática jurisprudencial, a consagração normativa permitirá consolidar. É o que sucede com alguns dos preceitos que integram as disposições gerais, bem como com algumas das normas em matéria de responsabilidade pelo exercício da função administrativa - com destaque para a consagração, com alcance geral, do entendimento, já assumido pela jurisprudência administrativa, de que a eventual não utilização da via processual adequada à eliminação de um acto jurídico lesivo, só por si, não põe em causa o direito à indemnização, apenas podendo relevar no quadro do instituto da culpa do lesado. O novo diploma procura, entretanto, dar, finalmente, resposta à necessidade, de há muito sentida, de adaptar o regime

legal da responsabilidade civil extracontratual das entidades públicas às exigências ditadas pela Constituição da República. Neste sentido aperfeiçoa-se o regime da responsabilidade pelo exercício da função administrativa, estendendo o campo de aplicação do regime da responsabilidade solidária ao domínio das condutas praticadas com culpa grave; estabelece-se, pela primeira vez em Portugal, um regime geral de responsabilidade pelo exercício da função jurisdicional; e introduz-se um regime inovador em matéria de responsabilidade pelo exercício das funções política e legislativa. De não menor alcance é a opção de consagrar, nos mais amplos termos, o dever de o Estado e demais pessoas colectivas de direito público indemnizarem todo aquele a quem, por razões de interesse público, imponham encargos ou causem danos especiais e anormais, sem circunscrever o regime ao exercício da função administrativa. Trata-se, em qualquer destes domínios, de dar cumprimento aos imperativos do Estado de direito, assegurando a adequada tutela de quem é lesado pela actuação ilícita das entidades públicas e, do mesmo passo, promovendo a qualidade e a responsabilidade no exercício dos poderes públicos. Neste último sentido se inscreve a transformação do direito de regresso, quando exista, num poder de exercício vinculado. Antes de mais, opta-se, no presente diploma, por manter a diferenciação que, na ordem jurídica portuguesa, tem sido estabelecida entre actuações administrativas que dão lugar a uma responsabilidade regida por disposições de direito público e actuações administrativas que dão lugar a uma responsabilidade regida por disposições de direito privado, circunscrevendo o âmbito do diploma à definição do regime de direito público da responsabilidade civil extracontratual das entidades públicas. Considera-se, na verdade, que não são qualitativamente idênticas e, por isso, indiferenciáveis as condutas que as entidades públicas desenvolvem como se fossem entidades privadas e aquelas que elas adoptam no exercício de poderes públicos de autoridade ou, em todo o caso, ao abrigo de disposições e princípios de direito público, institutivos de deveres ou restrições especiais, de natureza especificamente administrativa, que não se aplicam à actuação das entidades privadas. E que, dentro dessa perspectiva, ainda permanecem válidas as razões que, historicamente, levaram a associar a esta distinção uma diferenciação de regimes, admitindo que, quando está em causa o exercício de funções públicas, a responsabilidade directa do titular de órgão, funcionário ou agente e o direito de regresso sobre ele apenas devem existir quando tenha havido dolo ou culpa grave da sua parte. Trata-se, na verdade, de reconhecer que as obrigações funcionais dos agentes públicos podem ser vastas e complexas, o que os pode levar a cometer um maior número de faltas sem culpa grave, e de admitir que a exposição do agente, nestes casos, ao pagamento de indemnizações de montante muito superior aos proventos que a função lhe proporciona pode fazer com que o receio de ser responsabilizado por culpa leve o iniba nas suas iniciativas, prejudicando a serenidade e a independência dos seus juízos. Opta-se, assim, por delimitar o âmbito material das actuações abrangidas pelo regime de responsabilidade segundo o critério do regime jurídico substantivo ao abrigo do qual elas foram adoptadas. Num momento histórico de reconhecida e crescente indefinição no que diz respeito à delimitação de conceitos como o de "Administração Pública" ou mesmo de "entidades públicas", não faltando quem neles inclua as pessoas colectivas que, tendo sido criadas segundo formas de instituição regidas pelo direito privado e funcionando fundamentalmente ao abrigo de regras de direito privado, são, no entanto, detidas por entidades públicas, gerem recursos públicos e prosseguem finalidades de interesse público, houve também o

propósito de evitar ambiguidades quanto à determinação da extensão em que o presente diploma se aplica a tais entidades, "entidades públicas sob formas privadas". Por este motivo se recorre à clássica contraposição entre "pessoas colectivas de direito público" e "pessoas colectivas de direito privado" para esclarecer que tanto a responsabilidade de umas como a de outras só se rege por este diploma quando resulte de actuações reguladas por disposições e princípios específicos de direito administrativo, segundo o critério material de delimitação que já foi exposto. Ainda no que se refere à responsabilidade civil da Administração, as principais alterações propostas consistem no já referido alargamento da regra da solidariedade, em conformidade com a Constituição, ao domínio das condutas praticadas com culpa grave; a consagração legal da responsabilidade objectiva da Administração pelo funcionamento anormal dos seus serviços; e a introdução de um regime de presunção de culpa, nos casos em que os danos são causados por actos jurídicos, o que compreende actos administrativos e actos de conteúdo normativo. Com a introdução desta presunção de culpa, aproxima-se, finalmente, o quadro normativo legislado da prática dos nossos tribunais administrativos, que — em sintonia com a tradição firmada nos países do sul da Europa, com particular destaque para a França, e, por influência desta, no direito comunitário —, já de há muito vinham entendendo que a culpa é inerente à prática de actos jurídicos ilegais por parte da Administração. Do mesmo passo, dá-se, assim, satisfação às exigências impostas pela Directiva n.º 89/665/CEE, de 21 de Dezembro, a que se veio juntar a Directiva 92/13/CEE, de 25 de Fevereiro, que, embora no domínio específico das consequências da anulação de actos relativos à formação de certo tipo de contratos, se fazem eco da orientação, de matriz francesa, que tem inspirado o Tribunal de Justiça das Comunidades no domínio da responsabilidade por actos administrativos ilegais e que precisamente assenta no entendimento de que a culpa se encontra ínsita na ilegalidade cometida, sem carecer, por isso, de demonstração. Avança-se, por outro lado, no sentido do alargamento da responsabilidade civil do Estado por danos resultantes do exercício da função jurisdicional, fazendo, para o efeito, uma opção arrojada: a de estender ao domínio do funcionamento da administração da justiça o regime da responsabilidade da Administração, com as ressalvas que decorrem do regime próprio do erro judiciário e com a restrição que resulta do facto de não se admitir que os magistrados respondam directamente pelos ilícitos que cometam com dolo ou culpa grave, pelo que não se lhes aplica o regime de responsabilidade solidária que vale para os titulares de órgãos, funcionários e agentes administrativos, incluindo os que prestam serviço na administração da justiça.

No que se refere ao regime do erro judiciário, para além da delimitação genérica do instituto, assente num critério de evidência do erro de direito ou na apreciação dos pressupostos de facto, entendeu-se dever limitar a possibilidade de os tribunais administrativos, numa acção de responsabilidade, se pronunciarem sobre a bondade intrínseca das decisões jurisdicionais, exigindo que o pedido de indemnização seja fundado na prévia revogação da decisão danosa pela jurisdição competente. De especial alcance é a opção de avançar para a consagração de um regime geral de responsabilidade do Estado e das Regiões Autónomas por acções ou omissões ilícitas cometidas no exercício das funções política ou legislativa. Pese embora a delicadeza da matéria e a incipiência da prática jurisprudencial, entendeu-se não dever o legislador manter silêncio sobre os elementos constitutivos da responsabilidade que, neste domínio, se revestem de alguma especificidade e

cuja definição, por isso mesmo, se torna mais difícil. Neste sentido se identificam as situações de ilicitude por referência à ofensa de direitos fundamentais, quando esteja em causa a violação evidente do dever da sua protecção, bem como a lesão de direitos ou interesses legalmente protegidos, quando resulte da violação de normas constitucionais, de direito internacional ou comunitário, ou de normas de valor reforçado.

Reconhecendo, com a doutrina, que o conceito civilístico de culpa se coaduna mal com a liberdade de formação inerente à função política e com o contraditório inerente ao pluralismo parlamentar, mas que ao mesmo tempo se impõe alguma exigência na determinação dos critérios a adoptar neste domínio, opta-se por evitar o apelo, neste contexto, a um conceito de culpa, para se reconhecer a necessidade de apreciar o contexto que rodeou a conduta lesiva, determinando se a actuação do legislador abstracto correspondeu aos padrões objectivamente exigíveis em função das circunstâncias do caso. Concorde-se em que se justifica admitir a possibilidade de o tribunal limitar a indemnização quando os lesados por uma acção ou omissão legislativa ilícita e culposa forem em tal número que se justifique, por razões de interesse público de excepcional relevo, uma tal solução.

A revisão do regime da responsabilidade por danos resultantes do exercício da função jurisdicional aconselha, por fim, a uma harmonização do preceito do Código de Processo Penal relativo à obrigação de indemnizar no caso de detenção ou prisão preventiva ilegítima, bem como do preceito que, no Estatuto do Ministério Público, se refere à responsabilidade dos respectivos magistrados.

Neste sentido, adequa-se o artigo 225.º do Código de Processo Penal ao disposto no artigo 27.º da Constituição, fazendo, por um lado, com que a previsão do preceito passe a compreender todas as medidas cautelares ilegítimas de privação, total ou parcial, da liberdade, que não apenas as medidas de detenção ou prisão preventiva, e excluindo, por outro lado, que a culpa leve do arguido possa afastar a responsabilidade do Estado. Harmoniza-se, entretanto, o disposto no Estatuto do Ministério Público com o que hoje se encontra definido, no Estatuto dos Magistrados Judiciais, quanto aos pressupostos de que depende o exercício do direito de regresso do Estado sobre os magistrados, circunscrevendo o âmbito de exercício desse direito aos casos de dolo ou culpa grave.

Responsabilidade Civil do Estado Regulação e Fixação de Preços Abaixo da Realidade

7/4/2006

RE N. 422.941-DF

RELATOR: MIN. CARLOS VELLOSO

EMENTA: CONSTITUCIONAL. ECONÔMICO. INTERVENÇÃO ESTATAL NA ECONOMIA: REGULAMENTAÇÃO E REGULAÇÃO DE SETORES ECONÔMICOS: NORMAS DE INTERVENÇÃO. LIBERDADE DE INICIATIVA. CF, art. 1º, IV; art. 170. CF, art. 37, § 6º. I. - A intervenção estatal na economia, mediante regulamentação e regulação de setores econômicos, faz-se com respeito aos princípios e fundamentos da Ordem Econômica. CF, art. 170. O princípio da livre iniciativa é fundamento da República e da Ordem econômica: CF, art. 1º, IV; art. 170. II. - Fixação de preços em valores abaixo da realidade e em desconformidade com a legislação aplicável ao setor: empecilho ao livre exercício da atividade econômica, com desrespeito ao princípio da livre iniciativa. III. - Contrato celebrado com instituição privada para o estabelecimento de levantamentos que serviriam de embasamento para a fixação dos preços, nos termos da lei. Todavia, a fixação dos preços acabou realizada em valores inferiores. Essa conduta gerou danos patrimoniais ao agente econômico, vale dizer, à recorrente: obrigação de indenizar por parte do poder público. CF, art. 37, § 6º. IV. - Prejuízos apurados na instância ordinária, inclusive mediante perícia técnica. V. - RE conhecido e provido.

STF

Não cabe responsabilidade ao Estado em acidente causado por estacionamento imprudente

Publicado em 18 de Abril de 2006 às 12h12

Motorista que, ao estacionar o veículo na margem de uma rodovia gaúcha para urinar, não engrenou adequadamente o veículo, não tem direito à indenização por ter o veículo despencado da ribanceira. A decisão, da Segunda Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ), não identificou responsabilidade do Estado no caso, mas apenas culpa da própria vítima, que agiu sem cautela.

O acidente, ocorrido na BR-116, levou o motorista a propor ação de indenização contra o Estado, obtendo no primeiro grau indenização por danos materiais. O Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul, em apelação, reconheceu parte da culpa da vítima, por ter parado "em local impróprio, sem as cautelas devidas", e do Estado, por se omitir em reparar a mureta de proteção naquele trecho da rodovia, "face (seu) poder fiscalizante sobre a concessionária", mantendo a sentença. Daí o recurso especial ao STJ, no qual o Estado do Rio Grande do Sul alegou sua ilegitimidade passiva e o não-cabimento da indenização, já que a culpa seria exclusiva da vítima.

A Ministra Eliana Calmon reconheceu, inicialmente, apenas em parte a ilegitimidade do Estado para responder na ação. Alguns dos pontos alegados pelo Estado não foram prequestionados no TJ-RS, e outros foram entendidos pelo tribunal local de forma diversa do alegado, mas com base em fatos e provas. Ambas as situações impedem a apreciação dessas argumentações no STJ. A relatora entendeu que o Estado gaúcho detém legitimidade passiva, já que o contrato de concessão prevê a intervenção da Secretaria do Estado dos Transportes para garantia da segurança da via.

Em relação ao mérito, a Ministra afirmou que, apesar de o Estado ter sido omissivo na recuperação da mureta de proteção, isso não foi a causa determinante do acidente. "O autor 'parou e estacionou o seu veículo em local impróprio, à margem da rodovia, na curva em declive' e 'não engrenou o veículo adequadamente', sabendo que ali não havia a referida proteção na rodovia, de modo que o acidente poderia ser plenamente evitado por cuidados exclusivos da vítima, pois o perigo era evidente", entendeu a relatora.

A Ministra Eliana Calmon citou José Aguiar Dias (Da Responsabilidade Civil, vol. II, 10ª edição. Rio de Janeiro: Forense, 1995) para afirmar que a ocorrência de culpa exclusiva da vítima causa a isenção de responsabilidade de terceiros, por exclusão da causalidade. "Se, embora culposos, o fato de determinado agente era inócuo para a produção do dano, não pode ele, decerto, arcar com prejuízo nenhum. [...] A culpa grave necessária e suficiente para o dano exclui a concorrência de culpa, isto é, a culpa sem a qual o dano não se teria produzido", aponta trecho citado.

A Turma julgou improcedente a ação original. Os honorários advocatícios foram fixados em 10% sobre o valor atualizado da causa. Processo: REsp 649394

Fonte: Superior Tribunal de Justiça

Responsabilidade Civil do Estado Atos dos Juízes

27/4/2006

Vale, a propósito, ter presente o seguinte julgado:

RE 429518/SC

RELATOR: MIN. CARLOS VELLOSO

EMENTA: CONSTITUCIONAL. ADMINISTRATIVO. CIVIL. RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO PELOS ATOS DOS JUÍZES. C.F., art. 37, § 6º.

- I. - A responsabilidade objetiva do Estado não se aplica aos atos dos juízes, a não ser nos casos expressamente declarados em lei. Precedentes do S.T.F.
- II. - Decreto judicial de prisão preventiva não se confunde com o erro judiciário - C.F., art. 5º, LXXV - mesmo que o réu, ao final da ação penal, venha a ser absolvido.
- III. - Negativa de trânsito ao RE.

DECISÃO: - Vistos. O acórdão recorrido, proferido pela Segunda Câmara de Direito Público do Eg. Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina, está assim ementado:

"CIVIL - REPARAÇÃO DE DANOS - INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS - ESTADO - PRISÃO PREVENTIVA - POSTERIOR DECISÃO ABSOLUTÓRIA - PRISÃO EFETUADA DENTRO DOS LIMITES LEGAIS - ERRO JUDICIÁRIO NÃO CARACTERIZADO.

O decreto judicial de prisão preventiva, quando suficientemente fundamentado e obediente aos pressupostos que o autorizam, não se confunde com o erro judiciário a que alude o inc. LXXV do art. 5º da Constituição da República, mesmo que o réu ao final do processo venha a ser absolvido ou tenha sua sentença condenatória reformada na instância superior.

Interpretação diferente implicaria a total quebra do princípio do livre convencimento do juiz e afetaria irremediavelmente sua segurança para avaliar e valorar as provas, bem assim para adotar a interpretação da lei que entendesse mais adequada ao caso concreto." (Fl. 128).

Rejeitaram-se os embargos de declaração opostos (fls. 159-166).

Daí o RE, interposto por EDUARDO FRANCISCO DOS SANTOS, fundado no art. 102, III, a, da Constituição Federal, sustentando, em síntese, o seguinte: a) negativa de prestação jurisdicional, dado que o acórdão recorrido, a despeito da interposição de embargos de declaração, não esclareceu se "o art. 37, § 6º, da Constituição da República Federativa do Brasil não se aplica aos danos causados por decisões judiciais, em especial, quando da decisão judicial resulta a prisão de alguém afinal absolvido, ou seja, se, no caso da absolvição criminal por magistrado não se aplica referida norma legal constitucional e qual seria a razão de não se aplicar a responsabilidade do Estado para a hipótese (...)" (fl. 185); b) ofensa ao art. 37, § 6º, da Constituição, visto que o mencionado artigo determina que as pessoas jurídicas de direito público respondam pelos danos causados a terceiros por seus agentes, valendo salientar que policiais e juízes são agentes públicos.

Admitido o recurso, subiram os autos, que me foram conclusos em 10.08.2004. Decido.

O RE é inviável.

A uma, porque, no que toca à alegação de negativa de prestação jurisdicional, C.F., art. 5º, XXXV, a alegação perderia no vazio, por isso que a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal é no sentido da ocorrência do prequestionamento mediante a simples interposição dos embargos de declaração: Súmulas 282 e 356-STF. É claro que essa jurisprudência somente tem aplicação no caso de a questão constitucional

tiver sido posta anteriormente ao acórdão, omitindo-se este na sua apreciação. Na hipótese, apreciaremos, no exame do RE, a questão constitucional do art. 37, § 6º, da C.F.

O RE é inviável, a duas, porque decidiu o Supremo Tribunal Federal, no julgamento do RE 228.035-AgR/SC, por mim relatado:

"EMENTA: CONSTITUCIONAL. ADMINISTRATIVO. CIVIL. RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO PELOS ATOS DOS JUÍZES. C.F., art. 37, § 6º.

I. - A responsabilidade objetiva do Estado não se aplica aos atos dos juízes, a não ser nos casos expressamente declarados em lei. Precedentes do Supremo Tribunal Federal.

II. - RE provido. Agravo improvido."

No voto que proferi por ocasião do citado julgamento, escrevi:

"(...)

A decisão agravada, ora sob exame, tem o seguinte teor:

'(...)

Destaco do parecer do ilustre Subprocurador-Geral da República, Dr. Paulo de Tarso Braz Lucas:

'(...)

2. O recurso merece ser conhecido e provido. O entendimento adotado pelo E. Tribunal a quo sobre o tema em discussão colide frontalmente com a orientação proclamada em inúmeras oportunidades pelo Supremo Tribunal Federal a respeito, tal como se pode conferir pelo acórdão proferido no RE nº 219.117-4-PR (Rel. Exmo. Sr. Min. Ilmar Galvão, DJ de 29.10.1999), assim ementado:

'RESPONSABILIDADE OBJETIVA DO ESTADO. ATO DO PODER JUDICIÁRIO.

O princípio da responsabilidade objetiva do Estado não se aplica aos atos do poder judiciário, salvo os casos expressamente declarados em lei. Orientação assentada na jurisprudência do STF.

Recurso conhecido e provido.'

3. No voto, o ilustre Relator do precedente citado deduziu as seguintes razões para o seu convencimento:

'Demonstrou, entretanto, o parecer da douta Procuradoria-Geral da República (fls. 343/349) ser pacífica a jurisprudência do STF de que o princípio da responsabilidade objetiva do Estado não se aplica aos atos do poder judiciário, a não ser nos casos expressamente previstos em lei.'

Leia-se a aludida peça:

'... O magistrado na atividade jurisdicional exerce função decorrente da soberania, essa definida como o poder incontestável de querer coercitivamente e de fixar as competências, entretanto, apesar de seu conceito puramente político revelar uma expressão de poder exercido indiscriminadamente, no Estado de Direito baliza-se seu exercício pelas normas jurídicas estabelecidas, as quais delineiam a forma e o exercício desse atributo indissociável do Estado, preservando, deste modo, os direitos fundamentais dos indivíduos. Direitos esses placitados, em regra, na carta constitucional, pedra angular do sistema jurídico pátrio, que erige no ápice do ordenamento jurídico, regras aptas a autodelimitar a atividade soberana do Estado, que desde que o entenda conveniente, pode assumir obrigações externas, como pode fixar regras jurídicas para aplicação interna, sujeitando-se voluntariamente às limitações impostas pôr essas normas.

Assim, não há que se olvidar que a responsabilidade objetiva prevista no artigo 37, § 6º, da Constituição Federal, seja uma norma autolimitadora da Soberania do Estado, que, reconhecendo a hipossuficiência do cidadão frente ao aparelho estatal, exija

deste, comprovado o evento danoso, apenas o nexo de causalidade, no que demonstrado a concorrência da Administração Pública na consumação do prejuízo que repercute na esfera patrimonial do particular, compromete-se o Estado a indenizá-lo, perseguindo regressivamente o agente público que de alguma forma veio a causar o dano.

Entretanto, inferir-se desse dispositivo constitucional a responsabilidade objetiva do Estado por erros judiciais seria contrastar com a própria qualidade de Poder que permeia os órgãos judiciários, pois, ao exercer função que dimana da própria soberania, qual seja, decidir em última instância sobre a atributividade das normas, não iguala-se o juiz ao administrador que, ao revés, exerce atos de execução lastreados pela legalidade, o que permite o amplo controle da atividade administrativa e a direta responsabilidade do Estado pelo funcionamento deletério do serviço público.....'

4. E vale a pena conferir no mesmo sentido o aresto proferido no RE nº 111.609-9-AM (Rel. Exmº Sr. Ministro Moreira Alves, DJ de 19.03.93), assim ementado:

- Responsabilidade objetiva do Estado. Ato do Poder Judiciário.

- A orientação que veio a predominar nesta Corte, em face das Constituições anteriores à de 1988, foi a de que a responsabilidade objetiva do Estado não se aplica aos atos do Poder Judiciário a não ser nos casos expressamente declarados em lei. Precedentes do S.T.F.

- Recurso extraordinário não conhecido.

5. Pelo exposto, somos pelo conhecimento e provimento do presente recurso extraordinário.

(...)' (fls. 290/291).

Correto o parecer.

Em trabalho de doutrina que escrevi - 'Responsabilidade Civil do Estado', no meu 'Temas de Direito Público', Del Rey Ed., 1ª ed., 2ª tiragem, 1997, pág. 493 - dissertei sobre o tema, registrando que a 'jurisprudência do Supremo Tribunal Federal é no sentido de que o Estado não é civilmente responsável pelos atos dos juízes, a não ser nos casos expressamente declarados em lei, por isso que o ato jurisdicional é emanção da soberania estatal.' Indiquei os RREE 32.518/RS, Relator para o acórdão o Ministro Vilas Boas, e 70.121/MG, Relator para o acórdão o Ministro Djaci Falcão (RTJ 39/190 e RDA 90/140). No mesmo sentido: RE 228.977/SP, Ministro Néri da Silveira, 2ª Turma, 'D.J.' de 12.4.2002; RE 111.609/AM, Ministro Moreira Alves, 1ª Turma, 'D.J.' de 19.3.93; RE 219.117/PR, Ministro Ilmar Galvão, 1ª Turma, 'D.J.' de 29.10.99; RE 216.020/SP, Ministro Carlos Velloso, 'D.J.' de 08.10.2002.

Do exposto, conheço do recurso e dou-lhe provimento, condenado o vencido na verba honorária de 5% (cinco por cento) do valor da causa. (...)' (fls. 294-297)

A decisão é de ser mantida, porque assentada na jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, conforme nela demonstrado.

Argumenta a agravante que, no RE 228.977/SP, Relator o Ministro Néri da Silveira, teria o Supremo Tribunal Federal decidido pela responsabilidade objetiva do Estado pelos atos dos juízes.

Isso, entretanto, não ocorreu.

No citado RE 228.977/SP, a questão discutida foi esta: o juiz, em decisão que proferiu em ação popular, e em manifestação pública, usou expressões que foram consideradas ofensivas à honra do Prefeito Municipal. Este, então, ajuizou ação reparatória de dano por ato ilícito contra o juiz. A sentença julgou extinto o processo, sem conhecimento do mérito, reconhecendo a ilegitimidade de parte passiva. No julgamento da apelação interposta pelo autor da ação, o Tribunal de Justiça deu provimento parcial a esta, decidindo:

'Com essa orientação, pelos atos imputados ao juiz demandado - quer pelas expressões consideradas ofensivas à honra do autor, usadas em decisão prolatada em

diplomação, quer em discurso proferido, quando da diplomação dos candidatos eleitos, no pleito realizado em 1992 - a responsabilidade direta não pode ser obliterada. Se essa responsabilidade se cinge à primeira hipótese, ou se abarca a segunda, é perquirição própria do merecimento, inadmissível neste estágio, sob pena de se suprimir um grau de jurisdição. A solução se resume em afastar a ilegitimidade passiva nos limites em que decretada.

A Turma julgadora provê, em parte, a apelação para desconstituir a sentença de extinção do processo, sem apreciação do mérito, para que o feito tenha regular processamento.'

Interposto recurso extraordinário, este tomou o número 228.977/SP, Relator o Ministro Néri da Silveira que, forte no parecer da Procuradoria-Geral da República, deu-lhe provimento, sustentando, em síntese, a inexistência de responsabilidade direta do juiz, que atua em nome do Estado-Juiz. De outro lado, no discurso que proferiu na solenidade de diplomação dos candidatos, o juiz manifestou-se como autoridade pública (agente político), razão pela qual não poderia ter sido diretamente acionado pelo postulante. A ação deveria, então, ter sido promovida contra a Fazenda Estadual responsável pelos eventuais danos causados pela autoridade.

É dizer, a 2ª Turma decidiu, no julgamento do citado RE 228.977/SP, em que se apegava a agravante, que a ação deveria ter sido ajuizada contra o Estado e não contra o juiz. Não decidiu a 2ª Turma, no citado RE 228.977/SP, que o Estado deveria indenizar com base na responsabilidade objetiva. O mérito da ação não foi decidido, porque a ação acabou na preliminar de ilegitimidade passiva do réu.

A jurisprudência do Supremo Tribunal no tema aqui discutido - responsabilidade objetiva do Estado pelos atos dos Juizes - é a mencionada na decisão agravada: a responsabilidade objetiva do Estado não se aplica aos atos do Poder Judiciário a não ser nos casos expressamente declarados em lei. São indicados, na decisão agravada, acima transcrita, vários precedentes do Supremo Tribunal Federal.

Do exposto, nego provimento ao agravo."

Esclareça-se, finalmente, como bem decidiu o acórdão recorrido, que

"o decreto judicial de prisão preventiva, quando suficientemente fundamentado e obediente aos pressupostos que o autorizam, não se confunde com o erro judiciário a que alude o inc. LXXV do art. 5º da Constituição da República, mesmo que o réu ao final do processo venha a ser absolvido ou tenha sua sentença condenatória reformada na instância superior.

Interpretação diferente implicaria a total quebra do princípio do livre convencimento do juiz e afetaria irremediavelmente sua segurança para avaliar e valorar as provas, bem assim para adotar a interpretação da lei que entendesse mais adequada ao caso concreto." (Fl. 128)

Do exposto, nego seguimento ao recurso.

Publique-se.

Brasília, 17 de agosto de 2004.

Ministro CARLOS VELLOSO

- Relator -

Responsabilidade Civil do Estado Danos morais e anulação de infração de trânsito Princípios da Razoabilidade e da Proporcionalidade

25/5/2006

A Segunda Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ), por maioria, acolheu o recurso do Departamento Estadual de Trânsito do Piauí para reduzir o valor de indenização por dano moral de R\$ 200mil para R\$ 8 mil. A Turma considerou que a indenização visa coibir a eventual reincidência do causador do dano, sem, contudo, proporcionar enriquecimento sem causa à vítima, observando-se que a condenação será paga pela autarquia com recursos públicos do estado do Piauí.

No caso, D. B. ajuizou uma ação de indenização por danos morais cumulada com anulação de infração de trânsito, pretendendo a condenação do Detran/PI em razão de aplicação de multa de trânsito por dirigir, supostamente, sob a influência de álcool ou qualquer outra substância entorpecente que determine dependência física ou psíquica.

Em primeira instância, o pedido foi julgado procedente para anular o auto de infração, considerado insubsistente e expedido fora do prazo legal, e condenar a autarquia ao pagamento de indenização por danos morais, fixada em R\$ 8 mil, acrescida de juros moratórios e correção monetária.

Ambas as partes apelaram. O Tribunal de Justiça do Piauí não acolheu o recurso do Detran/PI e, por outro lado, acolheu o interposto por B., majorando o valor da indenização para R\$ 200 mil. "Configurado o dano moral e considerando a posição sócio-econômica do autor, o porte da autarquia estadual ré, o ato ilícito e a necessidade imperiosa de se coibir tal prática, majora-se o valor fixado pelo julgador a quo", decidiu.

No STJ, a autarquia estadual sustentou que não há "qualquer abuso por parte da Administração em expedir para o infrator, condutor ou proprietário de veículo automotor notificação de infração de trânsito cometida" e, se não houve ilegalidade dos agentes públicos, não há falar em responsabilidade civil do Estado, que exige, para sua configuração, ato ilícito que venha causar dano a alguém.

Além disso, alegou que o valor de R\$ 200 mil fixado a título de indenização por danos morais é excessivo, devendo ser reduzido, sob pena de enriquecimento sem causa. Requereu, assim, que fosse julgada improcedente a pretensão ou, sucessivamente, reduzido o valor da indenização.

Ao decidir, a relatora destacou que as instâncias ordinárias, com base no exame de fatos e provas, reconheceram a existência do ato lesivo à honra de B., do dano experimentado e do nexo de causalidade. Dessa forma, continuou a ministra, o julgamento para afastar a responsabilidade civil do Detran/PI pressupõe, necessariamente, o reexame do contexto fático-probatório, vedado nesta instância especial (Súmula 7).

Quanto ao valor da indenização, a ministra Denise Arruda entendeu que o recurso merece acolhimento, pois o STJ já consolidou o entendimento de que

é possível revistar o valor da indenização por danos morais quando exorbitante ou insignificante a importância arbitrada, em flagrante violação dos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade.

"Diante disso, considerando as circunstâncias do caso, as condições econômicas das partes e a finalidade da reparação, a indenização de R\$ 200 mil é manifestamente exorbitante e desproporcional à ofensa sofrida pelo recorrido, devendo, portanto, ser reduzida para R\$ 8 mil, acrescida de correção monetária e juros de mora a partir da citação, conforme definido na sentença, e honorários advocatícios fixados em 10% sobre o valor da condenação, regularmente corrigido", decidiu a ministra.

STJ